

**UNIVERSIDADE MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL**

Wagner Cotrim Gomes

**A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS FAMÍLIAS E DOS
PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA PÚBLICA**

**São Caetano do Sul- SP
2022**

WAGNER COTRIM GOMES

**A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS FAMÍLIAS E DOS
PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA PÚBLICA**

**Trabalho Final de Curso apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em Educação
– Mestrado Profissional – da Universidade
de São Caetano do Sul como requisito
parcial para a obtenção do título de Mestre
em Educação.**

**Área de concentração: Formação de
Professores e Gestores**

Orientador: Prof. Dr. Ivo Ribeiro de Sá

**São Caetano do Sul – SP
2022**

FICHA CATALOGRÁFICA

GOMES, Wagner Cotrim.

A participação democrática das famílias e dos professores de Educação Física na escola pública / Wagner Cotrim Gomes. – São Caetano do Sul: USCS, 2022.

111 p.

Orientador: Prof. Dr. Ivo Ribeiro de Sá

Dissertação (mestrado) – USCS, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado Profissional, 2022.

1. Participação Democrática. 2. Educação Física. 3. Família. 4. Escola. I. Título. II. Universidade Municipal de São Caetano do Sul.

**Reitor da Universidade Municipal de São Caetano do Sul
Prof. Dr. Leandro Campi Prearo**

**Pró-reitora de Pós-graduação e Pesquisa
Profa. Dra. Maria do Carmo Romeiro**

**Gestão do Programa de Pós-graduação em Educação
Prof. Dr. Nonato Assis Miranda
Profa. Dra. Ana Silvia Moço Aparício**

Trabalho Final de Curso defendido e aprovado em 15/12/2022 pela Banca Examinadora constituída pelos (as) professores (as):

Prof. Dr. Ivo Ribeiro de Sá (USCS)

Prof. Dr. Carlos Alexandre Brito (USCS)

Profa. Dra. Neide de Aquino Noffs (PUC-SP)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela força concedida, à minha esposa Claudia pelo incentivo e paciência, à minha família pela compreensão da minha ausência, ao meu orientador Prof. Dr. Ivo por suas contribuições, aos professores participantes da pesquisa, à Secretaria de Educação de Santo André pelo auxílio concedido e pela autorização deste estudo e finalmente à Universidade Municipal de São Caetano do Sul pela oportunidade.

RESUMO

O estudo procurou investigar o que pensam os professores de Educação Física sobre o seu envolvimento com a comunidade e as ações que realizam para a construção de uma escola democrática. Para isso, tentamos identificar e analisar as possíveis relações que os profissionais em questão estabelecem entre a participação dos familiares e suas ações pedagógicas. Assim, foram traçados os seguintes objetivos específicos: identificar o pensamento dos professores de Educação Física sobre a participação dos educandos e familiares no projeto político-pedagógico; discutir o envolvimento dos professores de Educação Física na elaboração da proposta pedagógica da escola; identificar o conhecimento que os professores de Educação Física têm sobre a comunidade; e construir um projeto de oficinas formativas voltadas para os professores de Educação Física. A pesquisa se caracteriza por uma abordagem qualitativa e exploratória, dividida em três etapas: revisão literária; análise documental; e coleta de informações por meio de entrevistas semiestruturadas com professores de Educação Física atuantes nas Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Santo André. Os resultados revelaram um distanciamento dos educandos e seus familiares em relação ao contexto educacional, e certo individualismo dos professores, ocasionando um desencontro entre eles no planejamento e na sua execução. Com base na pesquisa, chegou-se à conclusão de que é preciso compreender a realidade discente e melhorar as relações entre todos os sujeitos ligados ao contexto escolar. Para tanto, é preciso estabelecer vínculos, com o propósito de promover um engajamento coletivo. Como produto, foi apresentada uma proposta de oficinas formativas com os professores de Educação Física, a fim de abordar aspectos essenciais à construção de uma escola democrática.

Palavras-chave: Participação Democrática. Educação Física. Família. Escola.

ABSTRACT

The study sought to investigate what Physical Education teachers think about their involvement with the community and the actions they take to build a democratic school. For this, we tried to identify and analyze the possible relationships that the professionals in question establish between the participation of family members and their pedagogical actions. Thus, the following specific objectives were drawn: to identify the thinking of Physical Education teachers about the participation of students and their families in the political-pedagogical project; discuss the involvement of Physical Education teachers in the elaboration of the school's pedagogical proposal; identify the knowledge that Physical Education teachers have about the community; and build a project of training workshops aimed at Physical Education teachers. The research is characterized by a qualitative and exploratory approach, divided into three stages: literary review; document analysis; and collection of information through semi-structured interviews with Physical Education teachers working in Municipal Schools of Early Childhood Education and Elementary Education in Santo André. The results revealed a distance between the students and their families in relation to the educational context, and a certain individualism on the part of the teachers, causing a disagreement between them in terms of planning and execution. Based on the research, it was concluded that it is necessary to understand the student reality and improve the relationships between all subjects linked to the school context. To do so, it is necessary to establish links, with the purpose of promoting collective engagement. As a product, a proposal was presented for training workshops with Physical Education teachers, to address essential aspects for the construction of a democratic school.

Keywords: democratic participation; Physical Education; family and school.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Classes Hierárquicas Descendentes	55
Figura 2: Nuvem de Palavras	62
Figura 3: Análise de Similitude	63
Figura 4: Classes Hierárquicas Descendentes	65
Figura 5: Nuvens de Palavras	72
Figura 6: Análise de similitude	73
Figura 7: Classes Hierárquicas Descendentes	75
Figura 8: Nuvem de Palavras	84
Figura 9: Análise de similitude	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Roteiro de entrevista	50
---------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Porcentagem de Significação	56
Tabela 2: Porcentagem de Significação	56
Tabela 3: Porcentagem de Significação	57
Tabela 4: Porcentagem de Significação	57
Tabela 5: Porcentagem de Significação	58
Tabela 6: Porcentagem de Significação	Erro! Indicador não definido.
Tabela 7: Porcentagem de Significação	Erro! Indicador não definido.
Tabela 8: Porcentagem de Significação	67
Tabela 9: Porcentagem de Significação	67
Tabela 10: Porcentagem de Significação	68
Tabela 11: Porcentagem de Significação	68
Tabela 12: Porcentagem de Significação	75
Tabela 13: Porcentagem de Significação	Erro! Indicador não definido.
Tabela 14: Porcentagem de Significação	77
Tabela 15: Porcentagem de Significação	77
Tabela 16: Porcentagem de Significação	78
Tabela 17: Porcentagem de Significação	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CHD	Classificação Hierárquica Descendente
Ch2	Teste Qui-quadrado
EMEIEF	Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental
LDB	Lei de Diretrizes Bases
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Suj.	Sujeito
USCS	Universidade de São Caetano do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 A ESCOLA DEMOCRÁTICA	21
3 A COMUNIDADE E SUAS RELAÇÕES COM A ESCOLA	26
4 OS EDUCANDOS E SEU PROTAGONISMO NO SISTEMA EDUCACIONAL	32
5 A FAMÍLIA E SUA PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA	38
6 O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA	42
6.1 O professor de Educação Física e a participação ativa dos educandos	43
7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
7.1 Campos de aplicação da pesquisa	47
7.2 Sujeitos da pesquisa	48
7.3 Instrumentos da pesquisa	49
7.3.1 Elaboração do roteiro de entrevista.....	49
8 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	52
8.1 Análises do primeiro corpus: A participação dos educandos e familiares	54
8.2 Análises do segundo corpus: A participação do Professor de Educação Física na escola.....	64
8.3 Análises do terceiro corpus - Os Professores de Educação Física e a comunidade escolar	74
8.4 Criações das Categorias segundo a interpretação dos dados.....	85
8.4.1 Categoria A - O engajamento dos professores, familiares e educandos no contexto educacional.	85
8.4.2 Categoria B - Professor de Educação Física e a escola.....	889
8.4.3 Categoria C - Comunidade escolar e dimensão educacional.	91
9 PRODUTO	94
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICES	106
ANEXO	109

1 INTRODUÇÃO

Como professor de Educação Física, desde 1993, sempre passei por diferentes ambientes. Em 2007, tive a oportunidade de ingressar na Rede Municipal de Educação de Santo André como instrutor de Educação Física e, em 2013, por meio de concurso, fui efetivado no sistema educacional de ensino.

Em minha trajetória, pude observar diversas realidades, por exemplo, a diferença existente entre as escolas situadas nas regiões periféricas e as localizadas nas regiões mais centrais. Na periferia, há problemas que afetam a dinâmica da estruturação de aula, além das dificuldades dos representantes de diferentes áreas de conhecimento, relacionadas à realização de trabalhos conjuntos.

Outro fator observado durante minha experiência profissional foi a existência de uma desagregação no interior da escola. Essa realidade me levou a uma reflexão, pois, se desejamos uma sociedade democrática, é preciso que a instituição forme cidadãos com perspectivas democráticas. Isso porque a constituição de uma escola democrática passa pela participação de todos e de todas as áreas de conhecimento, inclusive a Educação Física.

De modo geral, toda escola pertence a uma comunidade e precisa formar o educando para a sociedade, ampliando seu campo de visão. A Educação Física, por intermédio do professor, pode contribuir para tal, porém é necessário que ele esteja em constante atualização, valorize a aprendizagem na docência e participe das ações coletivas da comunidade escolar.

Como todos os componentes curriculares, a Educação Física tem seu valor e desempenha papel primordial, pois suas contribuições fazem parte da formação almejada pelos documentos oficiais. Desse modo, para que ela desenvolva o trabalho numa perspectiva democrática, será necessária inseri-la efetivamente no projeto político-pedagógico (PPP) das unidades escolares.

Levando em consideração que a escola é um espaço público de educação, as leis de nosso país preconizam:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, Art. 205, 1988).

Ademais,

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, Art. 2º, 1996).

Como podemos notar, as determinações legais enfatizam o direito de todos à educação e responsabilizam a família e o Estado para o cumprimento da lei. Em contrapartida, as pessoas que constituem a comunidade escolar têm a responsabilidade de construir e organizar o PPP. Para Silva (2003, p. 296), ele “[...] é um instrumento que organiza e sistematiza o trabalho educativo, compreendendo o pensar e o fazer da escola por meio de ações, atos e medidas que combinem a reflexão e as práticas do fazer pedagógico”.

Na qualidade de representante do componente curricular, o professor de Educação Física tem uma grande importância na participação da construção desse instrumento, tal qual propõe a legislação:

O papel da Educação Física ultrapassa o ensinar esporte, ginástica, dança (dimensão procedimental) e inclui também seus valores subjacentes: atitudes que os alunos devem ter (dimensão atitudinal) e o direito de saber por que está realizando este ou aquele movimento (dimensão conceitual) (DARIDO, 2004, p. 62).

Como documento que norteia a maneira como a escola planeja suas ações e estratégias, traçando metas para melhorar o processo ensino e aprendizagem, o PPP precisa ser elaborado e atualizado por toda comunidade escolar: equipe gestora, professores, funcionários, pais, representantes da comunidade e alunos. Isso porque ele define diretrizes, metas e métodos a serem adotados pela instituição, com vistas a preparar o aluno para conviver na comunidade e principalmente em sociedade, sempre buscando uma perspectiva de construção democrática.

O projeto tem uma importante contribuição no sentido de ajudar a conquistar e consolidar a autonomia da escola, criar um clima, um ethos onde professores e equipe se sintam responsáveis por aquilo que lá acontece, inclusive em relação ao desenvolvimento dos alunos. De certa forma é o projeto que vai articular, no interior da escola, a tensa vivência da descentralização e, através disto, permitir o diálogo consistente e fecundo com a comunidade e com os órgãos dirigentes (VASCONCELOS, 2002, p. 21).

Paralelamente a toda essa participação do professor de Educação Física na elaboração PPP, não podemos esquecer a sua responsabilidade de não deixar o

componente curricular perder sua identidade. Para tanto, é preciso valer-se das contribuições dos educadores da rede educacional, por meio de debates em reuniões pedagógicas semanais, grupos de trabalho, formações pontuais e discussões do grupo de profissionais da área em questão, que acreditam num currículo pautado em práticas pedagógicas nos ambientes escolares (SANTO ANDRÉ, 2019).

O movimento é uma importante dimensão do desenvolvimento saudável e da cultura humana. As crianças se movimentam desde que nascem adquirindo um controle crescente sobre seu próprio corpo e se apropriando cada vez mais das possibilidades de interação com o mundo (NEIRA, 1997, p. 27).

Vale ressaltar que a Educação Física não deveria se limitar a atividades que auxiliem os demais componentes curriculares. Dito de outro modo, ela não deveria ser utilizada como meio para outro fim, embora essa visão seja, muitas vezes, aceita e até estimulada por diferentes profissionais que compõem o contexto escolar, como diretores, coordenadores e professores, tanto de outros componentes quanto da própria área. Em suma, segundo Castellani (1997, p. 12), "compete, assim, à Educação Física dar tratamento pedagógico aos temas da cultura corporal, reconhecendo-os como dotados de significado e sentido porquanto construídos historicamente".

Com base nessa afirmação, podemos considerar que, historicamente, o ser humano é reflexo da cultura na qual está inserido. Logo, a Educação Física tem relevância nesse contexto, uma vez que a cultura corporal do movimento se configura como um conhecimento construído ao longo da vida. Assim, ao formular os conteúdos, o professor da área pode levar tudo isso em consideração no tratamento pedagógico e na cultura corporal.

Essa construção perpassa a relação que ele estabelece com toda a comunidade escolar, pois é por meio do diálogo com os membros da sociedade que se constitui um ambiente democrático, desde a consideração da cultura corporal como objeto de estudo da área de Educação Física, até a inserção dos diferentes temas dessa cultura no PPP da instituição. Entretanto, no interior da escola, o exercício democrático não é muito bem compreendido e, por conseguinte, não é muito bem desempenhado. Vale ressaltar que esse exercício precisaria começar pelos próprios professores, na relação com seus pares e com sua comunidade.

A carência do exercício democrático é precursora de um distanciamento entre

a escola, os educandos e seus familiares, gerando uma falta de interação entre esses sujeitos e ocasionando pouco engajamento das famílias nas ações escolares.

Sendo assim, buscamos investigar a forma como os professores de Educação Física pensam a sua participação, o envolvimento com a comunidade e ações realizadas por eles para a contituição de uma escola democrática. Partindo dessa premissa, estabelecemos, como objetivo geral deste trabalho: identificar e analisar as possíveis relações que os professores de Educação Física estabelecem entre a participação dos familiares e sua ação pedagógica.

Para isso, definimos, como objetivos específicos: a) identificar o pensamento dos professores de Educação Física sobre a participação dos educandos e familiares no projeto político-pedagógico; b) discutir o envolvimento desses professores na elaboração da proposta pedagógica da escola; c) identificar o conhecimento que os professores da área têm sobre a comunidade; d) construir um projeto de oficinas formativas para os professores de Educação Física.

A fim de alcançar esses objetivos, tivemos a colaboração através de entrevistas de onze professores de Educação Física, com a autorização das respectivas diretoras das unidades escolares e anuência da Secretaria de Educação de Santo André.

É importante salientar que o presente estudo não pretende esgotar a discussão de um tema tão complexo e abrangente, mas contribuir positivamente com os estudos e as ferramentas aqui apresentados, possibilitando a construção de uma cultura de escola democrática.

O trabalho foi organizado partindo do problema da pesquisa, entrevistas com os professores de Educação Física com perguntas semiestruturada baseadas nos temas estabelecidos, num procedimento metodológico evidenciando a opção pela abordagem qualitativa. Na análise dos resultados seguimos para reflexão as respostas dos participantes. Apresentamos uma proposta de produto com o intuito de estreitar as relações entre escola e comunidade.

2 A ESCOLA DEMOCRÁTICA

Em nosso país, a forma de governo é a democracia, entendida como o poder do povo. Trata-se de um modo de organização política que reconhece cada sujeito como membro de uma sociedade e, conseqüentemente, de uma comunidade, com direito a participar dos assuntos públicos. Partindo desse pressuposto, podemos afirmar que a democracia é um regime no qual o poder de tomar importantes decisões políticas está nas mãos dos cidadãos, que são os sujeitos dessa sociedade.

Além disso, ela não...

[...] é um fim em si mesma; é uma poderosa e indispensável ferramenta para a construção contínua da cidadania, da justiça social e da liberdade compartilhada. Ela é a garantia do princípio da igualdade irrestrita entre todas e todos (CORTELLA, 2005, p. 146).

Cortella (2005) também afirma que o poder democrático dá à comunidade a responsabilidade de refletir, dialogar, pensar e encontrar intervenções e soluções para seus problemas.

Assim, para além da definição etimológica, a democracia se constitui como um regime político no qual a participação de todos é fundamental para o seu exercício. Ademais, seu papel é preponderante, uma vez que o processo político se estabelece por meio do desejo popular. Em outras palavras, o povo detém um poder sobre as ações a serem feitas junto à sociedade. Entretanto, a sua participação é consubstanciada pela representatividade, ou seja, os membros de uma sociedade escolhem representantes, responsáveis por defender os interesses comuns.

O espaço escolar, como instituição de ensino, oportuniza aos educandos a participação em ações que podem prepará-los para ser responsáveis, críticos e transformadores do seu contexto social. Nele, a democracia também se faz presente e, para Libâneo (2009, p. 49), o termo *escola democrática* “[...] pretende caracterizar uma proposta de organização das atividades de uma instituição, ou movimento, pela qual se garante uma ampla participação das pessoas envolvidas, com base no princípio da democracia interna”.

Nesse sentido, o artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, preconiza:

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da

educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

De acordo com Souza (2012, p. 125), “A gestão democrática é aqui compreendida então como um processo no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola/educação identificam problemas, discutem, deliberam e planejam”. Para que isso aconteça com sucesso, é necessária a participação de grande parte da comunidade escolar.

Uma escola democrática proporciona aos educandos o exercício de sua participação política nas decisões escolares, tornando-os cidadãos detentores do poder e que confiam parte desse poder ao Estado, a fim de organizar a sociedade. Em outras palavras, faz-se necessário que todo cidadão tome consciência da importância de exercê-lo, a instituição desempenha um papel importante na construção dessa consciência: “E nós estamos ainda no processo de aprender como fazer democracia. E a luta por ela passa pela luta contra todo tipo de autoritarismo” (FREIRE, 2000a, p. 136).

O autoritarismo mencionado por Freire (2000a) advém muito do interesse do poder capitalista. À vista disso, o professor e sociólogo Zygmunt Bauman se transformou em um grande crítico do chamado “capitalismo selvagem” e da “desigualdade”, considerando a democracia como a primeira vítima dessa situação.

Mas é importante acrescentar que a democracia “não é um fim em si mesma; é uma poderosa e indispensável ferramenta para a construção contínua da cidadania, da justiça social e da liberdade compartilhada. Ela é a garantia do princípio da igualdade irrestrita entre todas e todos...” (CORTELA, 2005, p. 146).

A democracia não é exercida somente na sociedade, mas também nos ambientes que a compõem. Nesse sentido, a escola é um local privilegiado para que as pessoas aprendam a exercitá-la, pois é por meio da participação e da representatividade que as decisões coletivas são tomadas. Para tanto, a liderança comunitária e a direção escolar têm um papel de grande relevância, visto que sintetizam e direcionam as intenções coletivas, atuando como representantes e respeitando as opiniões.

Nos dizeres de Lück (2009, p.23),

Segundo o princípio da gestão democrática, a realização do processo de gestão inclui também a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de modo a contribuírem para a

efetivação da gestão democrática que garante a qualidade para todos os alunos.

A gestão escolar democrática tem como princípio a participação de toda a comunidade escolar na tomada de decisão. Consiste em um sistema interno de organização que envolve todos os setores relacionados às práticas escolares. Assim, é definida como um processo intencional e sistemático, no qual são mobilizados meios e procedimento para se atingir e concretizar os objetivos da organização escolar.

Esses princípios norteiam as ações que caracterizam a descentralização do poder, a participação e a autonomia no cotidiano da escola pública. A qualidade da educação perpassa diversos fatores, e um deles é a integração entre escola e sociedade, viabilizando uma correspondência dos interesses sociais na instituição de ensino. Em referência aos processos democráticos ocorridos na escola, Guerra (2002, p. 9) destaca que “as escolas são cópias da sociedade em que se inserem, copiam-na e preparam-na para se integrarem nela”.

Para garantir a gestão democrática no espaço escolar, é importante que algumas intervenções sejam mediadas pelos agentes que estão no seu cotidiano. Diante disso, os gestores, os professores e os funcionários em geral têm o desafio de possibilitar práticas efetivas no dia a dia com os educandos e seus familiares. O ideal é que estes últimos estejam presentes, sempre que possível, na instituição, contribuindo para o estabelecimento de uma cultura de participação e mobilização de todos, pela maioria da educação pública.

Acerca da gestão democrática na escola, Freire (1996, p. 88) reflete:

Ninguém vive plenamente a democracia nem tampouco a ajuda a crescer, primeiro se é interdito o seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico; segundo se não se engaja, de uma e outra forma, na briga em defesa deste direito, que no fundo é direito também a atuar.

Vale ressaltar que, em sua atuação pública, no governo de Luiza Erundina, entre 1989 e 1992, Paulo Freire promoveu mudanças estruturais nos processos que envolviam a autonomia da escola. Entre elas, destacamos a elaboração, pelas próprias instituições, de seus projetos pedagógicos e a retomada dos Conselhos de Escola e dos Grêmios Estudantis. Além disso, seu primeiro ato como Secretário de Educação da Cidade de São Paulo foi restaurar o Regimento Comum das Escolas

Municipais, abolido pelo prefeito anterior porque o julgava excessivamente democrático ao promover Conselhos de Escola com caráter deliberativo.

Apesar da existência de leis que defendem a gestão democrática escolar, o que se sabe é que essa democracia não se constitui de forma impositiva. Ao contrário, sua constituição se dá com e na complexidade das culturas da própria instituição e da comunidade em que está inserida. Assim, não é possível pensar em escolas uniformes, mas, sim, em escolas plurais; nelas, há diversas pessoas com culturas e valores distintos e que precisam criar, individual e coletivamente, modos de ser no espaço em que convivem, aprendendo e ensinando cotidianamente.

Um dos principais mecanismos para a democratização é a busca pelo diálogo. De acordo com Freire (1996, p. 77),

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial.

Na teoria dialógica freiriana, os sujeitos se encontram para conhecer e transformar o mundo em colaboração. O diálogo, que é sempre comunicação, funda a colaboração realizada entre esses sujeitos. Dessa forma, “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2007, p.47).

A gestão da escola é uma dimensão que demanda entendimento da realidade sobre a qual a instituição atua. Ademais, é uma atividade que necessita de conhecimentos amplos sobre a identidade dos profissionais e as principais características dos pais e da comunidade local. Para uma significativa organização escolar, é preciso que gestores, professores e profissionais que atuam no âmbito da escola pública se sintam educadores, tenham conhecimento da prática docente e vejam sua função como um ato educativo. Nas palavras de Barroso (1995, p. 10),

[...] numa organização como a escola, a gestão é uma dimensão do próprio acto educativo. Definir objectivos, seleccionar estratégias, planificar, organizar, coordenar, avaliar as actividades e os recursos, ao nível da sala de aula, ou ao nível da escola no seu conjunto, são tarefas com sentido pedagógico e educativo evidentes. Elas não podem, por isso, ser dissociadas do trabalho docente e subordinarem-se a critérios extrínsecos, meramente administrativos.

Assim, a gestão democrática deve estar intrinsecamente ligada, a fim de que as práticas pedagógicas ocorridas na sala de aula ou mesmo o modo de organizar

os profissionais sejam coerentes, apresentando as características da instituição e defendendo uma concepção de educação democrática, que possibilite a emancipação humana. A ação pedagógica torna-se, portanto, um princípio de aprendizagem das práticas que contribuem para que os sujeitos envolvidos levem os aprendizados para além dos muros escolares.

O interesse em compreender a participação da família na gestão democrática escolar se justifica pelas experiências do autor ao longo de sua trajetória docente. Ao longo desse percurso, notou-se um distanciamento entre as comunidades e as escolas nelas localizadas, aspecto sobre o qual é preciso refletir.

Mais especificamente, essa observação se deve à atuação do pesquisador como coordenador de Centro Educacional da Secretaria Municipal de Santo André, um equipamento que realiza atividades de apoio pedagógico e extracurriculares. Elas incluem modalidades esportivas e culturais, e são executadas com os alunos das EMEIEF, Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nas quais se exercita a aproximação entre os familiares dos educandos e as instituições.

3 A COMUNIDADE E SUAS RELAÇÕES COM A ESCOLA

Do ponto de vista social, a comunidade é um conjunto de pessoas organizadas sob o mesmo sistema de normas, que geralmente vivem no mesmo local e compartilham do mesmo legado cultural e histórico. Mesmo pertencendo à mesma comunidade, cada ser humano têm características próprias, seu modo de vida, seus hábitos sociais, religiosos e culturais. Também podemos definir comunidade como uma área ou um local identificável como uma cidade, uma aldeia, um bairro ou até um local de trabalho, onde seus atores compartilham interesses e perspectivas comuns.

De todo modo, quando nos referimos à comunidade, não pode deixar de considerar as relações humanas, carregadas de conflito e dinamismo. Isso significa convivência em meio a outros indivíduos; trata-se de algo tão complexo a ponto de existir uma área do conhecimento a Ciência Social, dedicada a estudá-la e entendê-la.

O convívio depende, entre outros fatores, da consciência crítica que as pessoas adquirem ao longo das relações estabelecidas. Para tanto, é necessário haver respeito às diferenças de opiniões, de raça, de cor, de credo, assim como a toda a diversidade.

Esse respeito à diversidade é constituído informalmente na comunidade por meio de preceitos éticos. Nos dizeres de Freire (2003, p. 15-16),

É preciso deixar claro que a ética de que falo não é a ética menor, restrita, do mercado, que se curva obediente aos interesses do lucro [...]. Falo, pelo contrário, da ética universal do ser humano. [...]. A ética de que falo é a que se sabe traída e negada nos comportamentos grosseiramente imorais.

O contexto histórico da comunidade justifica muitos comportamentos por ela apresentados, porém os seus membros precisam assumir o protagonismo para que haja a participação efetiva na construção de sua história. Isso porque, somente por meio do seu envolvimento, ao assumirem responsabilidades e compromissos com a ética, haverá a possibilidade de construção de uma sociedade mais justa e digna.

Do ponto de vista político, viver em comunidade significa defender interesses em comum, lutar pela sua melhoria e reivindicar condições humanas de vida perante os seus representantes. A busca por direitos não pode ser individual, e sim coletiva, compromissada com a dignidade de todos.

Quando pensamos em comunidade local, referimo-nos às pessoas que moram próximas; entretanto, quando aludimos à comunidade de forma global, podemos analisá-la como uma sociedade. No presente estudo, fazemos referência somente à comunidade local, especificamente aos familiares dos educandos das unidades escolares contempladas. Com isso, pretendemos compreender a relação da escola com os familiares dos educandos, evitando o viés de interpretações que possam influenciar outras relações que esses familiares estabelecem em sociedade.

Ser um sujeito ativo em sua comunidade significa assumir o compromisso de lutar ativamente pelos direitos dos seres humanos que nela vivem. Ademais, denota participar das decisões referentes às políticas que definem tais direitos e ajudar a construir o seu contexto histórico. Agindo assim, os seus integrantes contribuem para a integração com a escola de maneira ativa, participativa e democrática.

Como já mencionado anteriormente, a escola tem uma função fundamental no desenvolvimento dos educandos e na construção da sua cidadania (BRASIL, 1996), ultrapassando as ações realizadas nas salas de aula. Assim, as práticas docentes, principalmente as pedagógicas, visam a influenciar os educandos, porém, ao fazer isso, envolvem indiretamente as famílias e a comunidade na qual a instituição está inserida.

A presença da escola deve ser um diferencial positivo na comunidade, e essa relação é de grande importância para todos. Se a comunidade tem problemas sociais, de alguma maneira, isso chegará à instituição de ensino; por esse motivo, ela precisa conhecer bem a comunidade na qual está inserida. Para fazer parte dela, a unidade escolar deve se empenhar em ter uma participação ativa na solução das adversidades que a afligem. Nesse sentido, somente pelo engajamento de todos o que envolve a aproximação dos familiares, que precisam acreditar no trabalho da instituição, e as ações pedagógicas dos educadores, em especial do professor de Educação Física nas atividades escolares será possível pensar em ações conjuntas e conquistar melhorias para ambas.

Esse engajamento gera um reconhecimento da escola e cria uma reputação positiva junto à comunidade, fortalecendo o serviço escolar. A comunidade, por sua vez, também colhe frutos, podendo contar com uma nova parceira. Além disso, os principais beneficiários serão os educandos, pois terão uma educação cidadã, democrática e solidária.

Como muitos educandos são moradores do bairro, a unidade escolar deve estar aberta para a participação dos familiares. Por meio dessa abertura, eles se sentirão acolhidos pela equipe pedagógica, e isso abrirá canais de comunicação efetivos. Os pais podem ser incluídos em diversos momentos da rotina escolar, e não só quando for preciso resolver questões de seus filhos.

Quando a comunidade tem uma percepção positiva da escola, ela expressa isso nas suas relações pessoais e sociais ao participar do cotidiano escolar. Nesse sentido, os familiares podem ser multiplicadores dessa visão, colaborando para a construção de novas parcerias entre a instituição e sua comunidade.

Partindo do pressuposto de que a escola pertence a uma comunidade pensante, o professor de Educação Física e toda a equipe escolar devem construir, mediante suas práticas pedagógicas, ações para um sujeito pensante. Para tanto, é preciso respeitar a cultura desse sujeito, bem como escutar a comunidade e, inclusive, o próprio educando, valorizando a proposta de uma gestão democrática.

Na intenção de garantir aos educandos o direito a uma educação de qualidade, a unidade escolar poderá buscar uma aproximação com a comunidade para compreender o contexto na qual está inserida. Nogueira (2005, p. 573) comenta as consequências dessa tentativa de aproximação:

Assim, sob o argumento da necessidade de se conhecer o aluno para a ele ajustar a ação pedagógica, o coletivo de educadores da escola (professores, orientadores e outros) busca hoje ativamente e detém efetivamente informações sobre os acontecimentos mais íntimos da vida familiar, como crises e separações conjugais, doenças, desemprego etc.

A escola, segundo a autora, não faz apenas o trabalho pedagógico; assume também a educação moral e afetiva do educando. Com isso, os professores dividem a responsabilidade com a equipe gestora na questão de formação de parcerias junto à comunidade.

Quando nos referimos à relação entre a instituição escolar e sua comunidade, não podemos deixar de assinalar a importância do gestor educacional, que carrega consigo o título de principal responsável legal pela escola. Sua visão de conjunto e de articulação para integrar setores é decisiva, a fim de se vislumbrar resultados para instituição educacional. Entretanto, esses resultados dependem de um bom planejamento, alinhado ao comportamento otimista e de autoconfiança, com propósito macro bem definido, além de uma comunicação realmente eficaz.

Muitos dirigentes escolares foram alvos de críticas por práticas excessivamente burocráticas, conservadoras, autoritárias e centralizadoras. Embora aqui e ali continuem existindo profissionais com este perfil, hoje estão disseminadas práticas de gestão participativa, liderança participativa, atitudes flexíveis e compromissos com as necessárias mudanças na educação (LIBÂNEO, 2004, p. 217).

Para isso, os educadores precisam buscar o diálogo com os familiares dos educandos, a fim de se chegar a pontos comuns, que tragam benefícios à escola e possam indicar caminhos. Freire (1975, p. 93) cita o diálogo como ponto fundamental na gestão participativa, pois é por meio dele que agimos conscientemente:

A existência humana, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.

A afirmação do autor qualifica ainda mais a importância do diálogo constante em uma gestão com pretensão participativa de todos.

Entretanto, a participação depende, entre outras questões, da relação que a escola constrói com sua comunidade. Nessa construção, é essencial que a direção e os professores reconheçam a importância de tal relação, para que haja o envolvimento e a participação efetiva tanto da equipe escolar quanto dos familiares dos educandos. Assim, os gestores e professores são ou deveriam ser os atores mais preparados sistematicamente para compreender a relevância desse estreitamento, pois são considerados representantes legais da instituição escolar.

Obtendo sucesso no cumprimento do seu papel como organização social, a escola, como já dissemos, passa a ser valorizada perante a comunidade escolar. Ademais, proporciona aos pais o prazer de verem seus filhos aprendendo e crescendo de forma consciente e participativa. Vale ressaltar que isso também aumenta as possibilidades de conseguir parcerias e até voluntários para melhorias e conservação da escola, evitando depredações, pichações e invasões que acontecem em instituições de periferia que não mantêm nenhuma aproximação com sua comunidade.

A escola, portanto, não é uma instituição apartada da comunidade; muito pelo contrário, constitui-se em uma comunidade social que sofre influências da sociedade. Isso pressupõe o reconhecimento do potencial educativo surgido no

contexto escolar, estimulando a instituição a rever suas relações com a comunidade e a reorganizar suas práticas.

A escola se mostra necessária à classe dominante também na medida em que ela pode servir como álibi no processo de justificação ideológica das desigualdades sociais geradas no nível da estrutura econômica e impossíveis de serem solucionadas pelo capitalismo (PARO, 2000, p. 110).

Os habitantes de uma comunidade na qual a escola está inserida podem ser identificados de várias maneiras: a família tradicional (pai, mãe, filho, filha, avô e avó), o líder comunitário (o presidente de uma associação local), os donos dos comércios (padaria, bar, açougue, farmácia, oficina, quitanda, mercadinho, posto de gasolina, entre outros). De alguma maneira, essas pessoas tiveram, tem ou terão algum tipo de relacionamento com a escola da comunidade e podem estabelecer com ela uma parceria em potencial.

A relação dos familiares dos educandos com a instituição se estrutura pela interação, e isso se torna possível mediante o diálogo estabelecido no processo democrático educacional. Essa relação compartilha a reponsabilidade da escola e da família nas tomadas das decisões, tornando-as coletivas.

Para o bom andamento do planejamento participativo, deve ficar claro que todos têm responsabilidades sobre o que será planejado, pois, do contrário, há apenas uma participação superficial e involuntária. Nesse caso, apenas se concorda com determinada decisão e não existe uma posição firme diante do trabalho a ser realizado.

O posicionamento firme da família deve respeitar as opiniões e visões de mundo distintas. Porém, no planejamento participativo, deve-se saber administrar muito bem esse fator para que não se instale uma situação de conflito.

A participação efetiva da comunidade escolar no processo do planejamento é de fundamental importância para realização de uma educação democrática, com vistas a sempre buscar os melhores meios de promover uma educação que contemple a maior integração da escola com o meio comunitário. Desse modo, ela se torna um espaço democrático em seu fazer pedagógico e em todas as suas instâncias, levando em consideração atores internos e externos à instituição.

Vale ressaltar que, como membros da comunidade escolar, temos: a equipe gestora, os professores, a família e os educandos como protagonistas do sistema educacional. Desse modo, são necessárias discussões e reflexões que direcionem

propostas educacionais que tragam a esperança de construir, cada vez mais, uma escola democrática.

4 OS EDUCANDOS E SEU PROTAGONISMO NO SISTEMA EDUCACIONAL

A existência da escola se deve ao educando; apenas por esse motivo já seria possível classificá-lo como protagonista do sistema educacional. O estudante é o centro de todo o processo de ensino-aprendizagem, isto é, todo planejamento é feito com a proposta de atender às suas necessidades.

Vale destacar que o aluno não está sozinho nesse protagonismo. Assim, ao longo do processo educacional, os valores da sociedade, as relações humanas e o planejamento também compõem esse sistema, em busca de uma melhoria contínua da instituição de ensino.

A escola tem o compromisso de oferecer autonomia ao estudante, mas também de proporcionar uma educação relacionada seu contexto, significativa e em respeito à sua realidade. Desse modo, evita-se a proposta de projeto pronto, bem como a visão abstrata do discente, estimulando-o a buscar informações e a construir conhecimento por meios próprios. Isso não significa deixá-lo à própria sorte, mas, sim, mediar o processo de aprendizagem, acompanhando os projetos propostos, desde o início até a sua finalização.

A fim de proporcionar-lhe autonomia e independência, bem como de estimular sua criatividade, o professor deve oferecer atividades que o estimulem à pesquisa de conteúdo e à descoberta da melhor maneira de aprendê-los. Segundo Freire (1996, p. 96),

O bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas.

O processo descrito pelo autor pode fazer parte do desenvolvimento da autonomia do aluno, desde que assuma o protagonismo nesse processo. Entretanto, cabe ressaltar que ele precisa se sentir pertencente a esse processo, interagindo em aula, sugerindo atividades e compartilhando experiências com os colegas.

Com todo esse incentivo, o discente é motivado a pensar nas soluções de problemas. Todavia, essas soluções estão vinculadas ao que se lhe apresenta como problemas; dito de outro modo, o educador deve apresentar situações-problema para que isso ocorra.

A situação problema é:

Uma situação didática na qual, se propõe ao sujeito uma tarefa que ele não pode realizar sem efetuar uma aprendizagem precisa. Esta aprendizagem que consiste o verdadeiro objetivo da situação-problema se dá ao vencer um obstáculo na realização da tarefa (MEIRIEU, 1998, p.112).

Essa aprendizagem levará o educando a sair do lugar comum para desenvolver habilidades como: analisar as situações, fazer escolhas, corrigir rotas, estabelecer metas, administrar as emoções e gerenciar os pensamentos. Tudo isso é possível quando ele encontra ambientes favoráveis.

Ao ter a oportunidade de compreender que não há uma única forma de enxergar o mundo, o estudante percebe que uma situação pode ser vista de diferentes formas. Essa visão contribui para uma educação que visa ao protagonismo, pois ele é capaz de perceber a realidade sob muitos ângulos.

No entanto, esse protagonismo depende, entre outros fatores, do meio em que os alunos estão inseridos. Nesse sentido, em várias situações, eles estarão em competição, seja no processo avaliativo educacional que, na maioria das vezes, se baseia na quantificação de desempenho, seja em outros momentos.

Tal espírito de competição pode ser amenizado quando o discente passa a protagonizar o processo de aprendizagem e contribui muito para a cooperação em sala de aula, ajudando a estabelecer algumas regras e buscando o que cada pessoa tem de melhor para um aprendizado compartilhado. Esse modelo permite explorar as dificuldades e facilidades de cada um, favorecendo a criação de um ambiente mais compreensivo e colaborativo.

Os educandos são pessoas que têm ideias, vêm de realidades distintas e trazem comportamentos nem sempre aceitáveis, devido ao seu entorno ou às vivências. Contudo, existe a necessidade de eles intervirem no seu meio, a fim de ajudar a reivindicar as necessidades da sua comunidade e a construir a história de sua sociedade. Freire (2003) comenta que, como seres políticos, os homens não podem deixar de ter consciência de seu ser ou do que estão sendo, e “é preciso que se envolvam permanentemente no domínio político, refazendo sempre as estruturas sociais, econômicas, em que se dão as relações de poder e se geram as ideologias” (FREIRE, 2003, p. 11).

No que tange ao envolvimento político do educando na instituição escolar e observando de que maneira isso pode acontecer, existem alguns órgãos colegiados

que podem oportunizar ao estudante a prática da democracia no contexto escolar. Trata-se de um ato político, de uma gestão democrática na escola e da superação do formato autoritário. Entre os órgãos que podem ser considerados espaços para o exercício discente da democracia, destacam-se: o Grêmio Estudantil, o Conselho Escolar, a Associação de Pais e Mestres e o Conselho de Classe (Turma).

O Grêmio Estudantil é a representação do alunado diante da gestão escolar; é uma das maneiras de eles se posicionarem a respeito do que acha importante e de serem ouvidos. Isso porque, na sala de aula, normalmente os alunos falam aquilo que os professores querem ouvir, o que acaba empobrecendo o discurso, no sentido de manifestar opinião.

Ademais, o Grêmio Estudantil pode ser um espaço de descoberta do próprio educando, visto que se constitui em representante da sua categoria diante da gestão escolar. Se viabilizado de forma correta, isto é, democrática, poderá contribuir para que aprendam a viver em sociedade. Logo, não deve ser visto apenas como uma possibilidade de registrar queixas, possibilidades de trabalho e formulação de chapas, mas também de receber indicações e sugestões.

É formado por um grupo (chapa), eleito pelos colegas e composto por: presidente, vice-presidente, tesoureiro e diretores. Sua principal função é a democratização da escola, tornando-a acessível e agradável a todos. Com o Grêmio Estudantil, os alunos ganham voz e conseguem encaminhar reivindicações e sugestões à equipe gestora.

A escola é um espaço riquíssimo de possibilidades, onde os alunos têm muito, não só para ouvir, mas para dizer; não só para aprender, mas para criar; não só para reclamar, mas para agir. Ao lado dos vários problemas do dia a dia da escola, que os alunos podem ajudar a identificar e resolver, existe um mundo de temas e atividades para os quais a escola é o lugar perfeito de discussão e realização (LUZ, 1998, p. 02).

A equipe gestora e os professores nem sempre percebem os problemas comuns da vida escolar cotidiana dos discentes, pois normalmente estão atarefados com suas demandas. Por esse motivo, tal organização deve ser incentivada por toda a equipe escolar, propondo aos estudantes uma posição além de meros consumidores de um saber compartimentado e descontextualizado. Assim, eles aprendem a enxergar criticamente seu mundo, a conhecer e reivindicar seus direitos, a cumprir seus deveres conscientemente e, sobretudo a serem cidadãos. Padilha (2005) destaca que o direito discente deve ser garantido no planejamento

participativo, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente: “Eles devem ser ouvidos em todos os assuntos que lhes dizem respeito” (PADILHA, 2005, p. 74).

A oportunidade de serem ouvidos acaba favorecendo o amadurecimento dos alunos perante seus problemas e a experiência democrática. Sendo assim, o Grêmio Estudantil deve ser visto como um hábito saudável de reflexão e participação política dentro da escola.

Para que a constituição dos grêmios se consolide, principalmente nas escolas de ensino fundamental e médio é preciso dialogar com todos os alunos e expor claramente a existência da possibilidade de organização dos estudantes, e ao mesmo tempo, esclarecer quais possibilidades de atuação dos alunos (SOARES, 2014, p.137).

O momento do diálogo dá ao educando não só a oportunidade de se manifestar e ser conhecido, como também de apresentar suas características e necessidades, reivindicando sugestões alcançáveis. Estas últimas não devem ser muito idealizadas, a fim de não haver frustração ou decepção quanto às suas possíveis realizações.

Por intermédio do Grêmio Estudantil, os alunos podem promover campeonatos, excursões, bailes, debates, confecção de jornal, bazar, intervalo dirigido, coleta de material reciclável, olimpíada escolar, entre outras atividades, além de poder ser um espaço de autoconhecimento, como já dissemos. Entretanto, em muitas situações, deparamo-nos com os reflexos de uma cultura opressora e, conseqüentemente, com a inércia e a passividade, desestimulando o desenvolvimento participativo.

Além do Grêmio Estudantil, os educandos podem ter participação ativa no Conselho Escolar, constituído por pais, representantes dos estudantes, professores, funcionários, membros da comunidade e gestores da escola. Dada a quantidade de envolvidos, é preciso haver uma relação bem articulada entre esses dois órgãos colegiados. Na qualidade de órgão máximo para a tomada de decisões realizadas no interior da instituição, o Conselho Escolar é responsável por zelar pela manutenção e por participar da gestão administrativa, pedagógica e financeira da escola, a fim de assegurar a qualidade de ensino.

Os representantes discentes que o compõem ficam encarregados de explicitar os seus interesses e reivindicações, bem como de seus colegas. Com isso, o órgão

se torna um canal de diálogo, como instrumento democrático da escola. Segundo Veiga (2013, p. 115), “é concebido como local de debate e tomada de decisões”.

Nesse sentido, deve-se incentivar a participação dos estudantes, sujeitos importantes nas decisões relacionadas à qualidade de ensino, por exemplo, currículo, inclusão e sucesso escolar. E aqui destacamos a importância da construção coletiva do PPP, na elaboração, na aprovação e no acompanhamento da execução, buscando com que esse documento seja realmente significativo para a vida e o direcionamento da escola.

Hoje, o Conselho de Escola encontra-se numa posição deliberativa, podendo definir diretrizes, elaborar projetos, aprovar questões, discutir problemas e garantir o cumprimento das leis. Por esse motivo, compete ao próprio Conselho incentivar a participação de alunos, a fim de que tragam suas ideias, com vistas à qualificação do ensino.

Existe, ainda, o Conselho de Classe (turma), que pode ter alguns discentes, além de pais, professores, gestores e representantes da comunidade. O seu grande objetivo é promover o bem-estar de toda a comunidade escolar, visando a melhorar o aprendizado, por meio do desenvolvimento, da revisão e da avaliação dos programas de melhoria e orçamentos escolares. Assim, é necessário abrir as portas para a comunidade e começar a construir uma sociedade democrática e mais justa.

Segundo Dalberio e Paroneto (2006), o Conselho de Classe, muitas vezes, é compreendido e utilizado equivocadamente, ocorrendo diversas contradições em sua função. Por exemplo, quando acontece só uma troca de informações sobre notas dos alunos, valorizando os aspectos quantitativos e decidindo as reprovações, ele fica muito limitado e não cumpre o seu papel. Por isso, deve representar um apoio, uma estratégia de ação, na qual todos se reúnem com o intuito de melhorar os resultados do processo de ensino-aprendizagem (DALBERIO; PARONETO, 2006, p. 23).

Por último, há a Associação de Pais e Mestres. Entretanto, como sua composição é formada de 30% de professores, 40% de pais ou responsáveis, 10% de sócios admitidos (ex-alunos e professores) e 20% de educandos maiores de 18 anos, essa faixa etária é incompatível com a da nossa pesquisa, cujo foco recai sobre os estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Todos os órgãos citados nesse capítulo precisam estar articulados, realizando encontros que promovam trabalho colaborativo no sentido de colocar o sistema

educacional da instituição em uma posição de excelência. Para tanto, não podem caminhar sozinhos; a proposta é que atuem em equipe, todos engajados no mesmo propósito e, ainda que tenham, em algumas ocasiões, de agir de maneira diferente, nunca devem deixar de pensar no êxito do sistema educacional da escola.

5 A FAMÍLIA E SUA PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA

A Constituição Federal, em seu art. 227, atribui à família o dever de educar, bem como de conviver e respeitar a dignidade dos filhos, primando sempre pelo desenvolvimento saudável do menor. Sendo assim, segundo a legislação, os pais que se omitem quanto aos direitos dos filhos estão descumprindo sua obrigação legal e ficam sujeitos a penalidades de natureza preventiva e punitiva.

Com relação à convivência, a base familiar é o alicerce para o desenvolvimento do educando e, principalmente na infância, puberdade e adolescência, os pais são as principais referências na formação de seus filhos. Para uma boa formação do aluno, a família é, portanto, tão ou mais importante do que a escola, pois, antes de ingressar na instituição, ele passa pelo seu primeiro processo educacional junto à família. Em suma, as melhores condições de aprendizagem iniciam-se no berço familiar, pois “pais que encorajam a realização dos filhos podem influir positivamente no futuro comportamento deles” (HILLAL, 1985, p. 35).

Como já dissemos, para que a escola seja democrática, faz-se necessária a efetiva participação dos familiares, com intervenções nas construções e decisões políticas e financeiras, discutindo o cotidiano da unidade escolar sempre que possível. Aquino (2002) aborda a questão da responsabilidade entre a família e a escola, utilizando o termo “educar a quatro mãos”. Em suas palavras,

É muito comum ouvir que pais e professores são igualmente responsáveis pelo aproveitamento escolar dos filhos/alunos. Daí o velho bordão: “educar a quatro mãos”. Quatro mãos que atuam juntas apenas nos casos de êxito pedagógico, pois quando há fracasso de alguma ordem às mãos parentais são mais responsabilizadas pelos profissionais da escola. (AQUINO, 2002, p. 23).

É indispensável que família e escola sejam parceiras na vida escolar do estudante, estabelecendo as demandas e não apenas fazendo exigências. Mais do que isso, são necessárias propostas com muito diálogo, diminuindo as chances de um eventual fracasso educacional.

Ao iniciar sua vida escolar, o estudante passa por uma fase chamada de adaptação, pois, até então, ele só tinha os familiares como seus principais responsáveis. Até esse momento, a criança se sente segura com a família, e essa segurança precisa ser estendida ao ambiente escolar, onde passará a conviver com diferentes pessoas e terá suas relações sociais ampliadas.

A convivência e o relacionamento familiar são fatores relevantes para o bom desempenho da criança. Assim, cabe a família fazer a mediação da criança e jovens entre ela, o mundo e a escola. Ajudá-la na adaptação, são fatores fundamentais para seu desenvolvimento educacional e social. A família na vida escolar das crianças é a raiz, ou seja, é na família que se definem fundamentos de vida afetiva, moral e ética. A escola surgiu como uma necessidade social, com o objetivo de dar auxílio para que o indivíduo se situe como pessoa criadora e conhecedora de seus propósitos (LOPES, 2011, p. 4).

A escola pode estimular a convivência mediante a participação dos pais, procurando conhecer o contexto histórico familiar e obtendo informações sobre seus filhos, que possam contribuir para estreitar essa relação. Mais especificamente, a participação dos responsáveis deve ir além das reuniões formais, sugerindo-se encontros no ambiente escolar e proporcionando-se momentos de possível consolidação de confiança entre as partes. Entretanto, há um processo de acomodação entre os membros da comunidade escolar.

Muitas desculpas são justificativas do comodismo, já que participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias. Por ser um processo, não pode também ser totalmente controlada, pois já não seria participativa a participação tutelada, cujo espaço de movimento fosse previamente delimitado (DEMO, 2001, p. 19).

Ademais, a interação social entre pais e escola é capaz de contribuir com informações que podem promover uma aproximação das propostas pedagógicas com a realidade de vida dos educandos:

Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais passam. É preciso relacionar a variedade de procedimentos culturais com os contextos em que são produzidos (SANTOS, 2006, p. 8).

Atualmente, a família e a escola têm passado por várias mudanças decorrentes do momento pandêmico pelo qual o mundo passou. Por conseguinte, têm surgido muitas informações e muitos avanços tecnológicos para poder suprir a ausência das aulas presenciais. Isso refletiu no aumento das responsabilidades dos professores e dos pais para se adequarem ao novo sistema de ensino obrigatoriamente implantado.

A escola deve utilizar todas as oportunidades de contato com os pais, para passar informações relevantes sobre seus objetivos, recursos, problemas e também sobre as questões pedagógicas. Só assim, a família irá se sentir comprometida com a melhoria da qualidade escolar e com o desenvolvimento de seu filho como ser humano (PARO, 2007, p. 30).

No dia a dia da escola, observa-se que, quando alguns pais são chamados para conversar sobre a aprendizagem e o comportamento de seus filhos, se sentem vulneráveis em relação à sua educação. Chegam, inclusive, a confidenciar que não sabem como fazer o acompanhamento das atividades e, muitas vezes, também não sabem o que fazer para que os filhos lhes obedeam. Quando isso ocorre, faz-se necessária uma orientação à família, a fim de que consiga realizar o acompanhamento da vida escolar do educando e intervir em diferentes momentos.

Nesse sentido, Reis (2002, p. 6) ressalta que “a escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida à escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos”. Portanto, família e escola precisam estar em sintonia, pois ambas são importantes para que o processo de ensino e aprendizagem seja desempenhado da melhor maneira possível.

Quando falamos em sintonia da família com a escola, não o fazemos de forma genérica ou superficial. Não se trata apenas de atender às demandas da instituição, mas de fazer o que for possível para atender às necessidades da família, promovendo reuniões que orientem os familiares acerca de seus deveres e direitos, do modo de se posicionar politicamente dentro do sistema educacional e social e de qual a melhor maneira de lidar com seus filhos principalmente na idade escolar. No entanto, é preciso cuidar para que esses momentos não se tornem um espaço de puras lamentações e queixas; ao contrário, eles devem ser um momento diálogo e discussões em busca de soluções.

Aqui ressaltamos que a participação dos familiares é necessária em dois aspectos. O primeiro deles relaciona-se ao processo de ensino e aprendizagem, acompanhando o desempenho escolar dos seus filhos, assessorando-os quando necessário e participando de eventos pedagógicos quando possível. O segundo concerne à atuação política na fiscalização dos recursos da escola, nas decisões de metas para qualificá-la e na participação em eventos promovidos com toda comunidade escolar. Para tanto, algumas organizações são de grande valia, entre elas, a Associação de Pais e Mestres, o Conselho de Escola, as Reuniões Escolares e o Conselho de Classe (Turma).

Como já dissemos a Associação de Pais e Mestres não tem fins lucrativos e representa os interesses comuns de toda a comunidade escolar. Os familiares têm o direito de opinar e colaborar, influenciando positivamente o aprendizado e a

qualidade da educação. Eles podem contribuir também em organizações culturais, esportivas e de lazer, passando de simples telespectadores de eventos a organizadores e apresentadores de ideias, além de atuarem como fiscais do uso da verba da Associação.

Na qualidade de representantes legais da comunidade na qual a escola está inserida, os pais dos estudantes podem levar propostas que facilitem a relação entre ela e sua comunidade. De acordo com Paro (2001, p. 47),

[...] Se estamos interessados na participação da comunidade na escola, é preciso levar em conta a dimensão em que o modo de pensar e agir das pessoas que aí atuam facilita/incentiva ou dificulta/impede a participação dos usuários. Para isso, é importante que se considere tanto a visão da escola a respeito da comunidade quanto sua postura diante da própria participação popular (PARO, 2001, p. 47).

Logo, uma boa participação dos pais na Associação permite que a escola e a família mantenham um diálogo contínuo, de maneira democrática, integrando a instituição à comunidade.

Outra oportunidade de os familiares participarem democraticamente das decisões da escola é compor o também já mencionado Conselho de Escola, responsável por cuidar das questões pedagógicas e financeiras. Como se sabe, trata-se do órgão máximo para tomada de decisões realizadas no interior de uma instituição, do qual os pais têm direito de participar.

Para a democracia participativa na sociedade, assim como nas escolas públicas, os pais de alunos devem sentir que fazem parte da escola, ter parte na condução de organização e tomar parte na construção desta escola da qual se sentem parte (BORDENAVE, 1994, p. 23).

Há, ainda, o também referido Conselho de Classe (Turma), que, segundo Rocha (1983, p. 19):

[...] é uma reunião dos professores de uma turma com múltiplos objetivos; entre outros destacamos: avaliar o aproveitamento dos alunos e da turma como um todo; chegar a um conhecimento mais profundo do aluno e promover a interação dos professores e de outros elementos da equipe da escola (ROCHA, 1983, p. 19).

Assim, os familiares dos educandos podem participar da reunião de Conselho de Classe representando seus filhos e sua comunidade, acompanhando não só o rendimento escolar, mas também participando das decisões políticas e financeiras da instituição.

6 O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA PARTICIPAÇÃO NA ESCOLA

Para se discutir a participação dos professores de Educação Física na construção de uma escola democrática, faz-se necessário observar em qual contexto o exercício profissional ocorre e em que condições. De maneira geral, esses docentes têm carga de trabalho intensa, pois, para que possam conquistar salários que garantam a sua subsistência, muitos assumem jornadas de 30 horas semanais ou mais.

Essa situação não se modifica entre os professores que atuam nas redes públicas de ensino, sendo que alguns são obrigados a assumir dupla jornada, ou seja, têm carga horária em duas redes de ensino, com 24 horas semanais ou mais em cada uma delas. Com todo esse compromisso profissional, o professor de Educação Física, muitas vezes, se sente realizado pela função social de sua atividade, porém não é recompensado o suficiente para ter uma jornada adequada, a fim de se dedicar exclusivamente a uma rede de ensino.

Isso posto, não é difícil encontrar professores cansados, desiludidos com a profissão, sem vontade de ensinar o que inclusive resulta em um baixo nível de qualidade de ensino e com dificuldade de estabelecer melhores relações com seus alunos.

Dieckert (1984) constata que determinados professores de Educação Física, com o tempo, acabam se desmotivando por:

Deixarem de praticar esportes; nunca fazerem qualquer curso para se atualizarem; não lerem revistas especializadas, literaturas recentes, periódicos ou livros; durante as suas horas livres, não se empenharem pela Educação Física na escola, nos clubes ou na comunidade (DIECKERT, 1984, p.162).

Essa falta de motivação tem impacto sobre a ação docente, pois um professor desmotivado tende a desenvolver práticas pedagógicas igualmente desmotivadoras para os estudantes.

Infelizmente, muitos consideram o professor de Educação Física como um educador à parte no processo de formação escolar. Muitas vezes, esses profissionais precisam batalhar pelo direito de participar de todas as reuniões que definem propostas e metas para sua unidade escolar.

Seria necessário descaracterizar o valor utilitário da Educação Física. Esta não pode justificar sua existência com base na possibilidade de auxiliar o aprendizado dos conteúdos de outras matérias – quem faz Educação Física aprende matemática com maior facilidade. Até seria desejável que assim fosse, mas que não seja por essa finalidade que a Educação Física se faça presente na escola. Pelo contrário, mesmo considerando-se a interdisciplinaridade um componente indispensável ao ensino, a Educação Física deve se justificar por si mesma, pelo conteúdo que desenvolve na escola. (FREIRE, 1989, p. 182).

Partindo da premissa de que o professor de Educação tem um relacionamento mais próximo com a comunidade escolar, sua participação se torna ainda mais importante — e não somente como ouvinte ou com direito a voto, mas em todo o processo de planejamento. No entanto, dentro do sistema de ensino, existe uma cultura da não participação desses profissionais, principalmente nas reuniões de planejamento da rotina escolar. Por conseguinte, desvaloriza-se o momento, prejudicando o seu verdadeiro objetivo.

A Educação Física tem sua importância dentro do contexto escolar, não só em momentos de realizações de eventos na escola, mas também na participação de reuniões pedagógicas e decisivas politicamente. Vale lembrar que isso se encontra na concepção de Educação Integral e da Interdisciplinaridade.

Acerca dessa desvalorização, Sá (2001, p. 2) assim se pronuncia: “[...] Nesse contexto, as aulas de Educação Física são vistas como uma situação unicamente prática, onde não existe a necessidade de reflexão, e com funções meramente recreativas”. Em contrapartida, o mesmo autor diz: “[...] reconhecidamente, os professores de Educação Física são queridos pelos alunos, pois se encontram mais próximos destes do que os demais professores da escola” (SÁ, 2001, p. 64). Assim, essa aproximação pode ser um fator a contribuir para as práticas pedagógicas, em busca de uma democracia escolar.

6.1 O professor de Educação Física e a participação ativa dos educandos

Independentemente do conteúdo desenvolvido nas suas aulas, o professor de Educação Física pode colaborar na participação ativa do educando, utilizando uma postura mais democrática, buscando o diálogo, proporcionando trocas de ideias e procurando decisões coletivas. Desse modo, o diálogo com o educando na execução da prática pedagógica torna-se recurso indispensável no processo democrático.

Freire (1996) critica a distância entre a teoria e a prática: "[...] O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática" (FREIRE, 1996, p. 44). Esse entendimento depende do envolvimento dos alunos com as atividades propostas pelo professor. Dito de outro modo, o interesse deles os situa como agentes ativos nas discussões do cotidiano escolar, o que está diretamente ligado à construção de uma educação democrática.

Embora o aspecto motivacional esteja relacionado às características intrínsecas e subjetivas do aluno, a estimulação que o professor provoca é crucial para que se sinta motivado.

Além de acreditar na motivação, Kring (1975, p. 23) comenta:

A tarefa de motivação do escolar nunca deve ser subestimada. Não se deve nunca ter medo de elogiar os alunos e na transmissão de um conteúdo de ensino, o segredo do sucesso do professor é o emprego de 85% de inspiração e 15% de técnica.

Logo, o professor de Educação Física e suas práticas pedagógicas podem ser peça fundamental para ações democráticas escolares. Isso porque, como já falamos sua possível aproximação com a maioria dos educandos pode ser um ótimo recurso para fazê-los acreditar na importância da sua participação nas decisões políticas da escola.

Vale ressaltar que essa aproximação pode ir além das decisões políticas da escola, tornando o educando um sujeito importante nas ações pedagógicas e fazendo a ligação entre aquilo que a escola propõe e a comunidade. Tais ações podem ser representadas pela diminuição da distância entre professor e aluno, dando voz a este último e procurando fazê-lo entender a necessidade de se posicionar e saber ouvir. Tudo isso se encaminha para uma política de cultura democrática no contexto escolar.

Segundo Luck (2009, p. 24), a democracia escolar:

É o ato de gerir a dinâmica cultural da escola, com as diretrizes e políticas educacionais públicas para a implementação de seus projetos pedagógicos e comprometido com os princípios da democracia e com os métodos que organizem e criem condições para o ambiente educacional autônomo.

A construção desse ambiente autônomo pode ser iniciada nos projetos pedagógicos em que o Professor de Educação Física está envolvido, pressupondo que o seu olhar docente tem a realidade da comunidade como base para construir e

aprender saberes significativo. Assim, ele precisa ser um professor crítico e reflexivo na sua ação e fazer dessa aproximação com a comunidade inovações que qualifiquem suas aulas.

Esse movimento é fundamental para se estabelecer uma prática pedagógica democrática, promovendo incentivo na participação não só nas aulas de Educação Física, mas também nas atividades realizadas, contribuindo para sua evolução democrática. Esta última, por sua vez, depende, entre outros fatores, das discussões propostas sobre a especificidade da Educação Física, buscando inovações por meio de diálogos e reflexões, como nos alerta Messina (2001, p. 232):

[...] mais do que nos interessarmos pela identificação de critérios para reconhecer inovações, poderíamos criar espaços que promovessem a possibilidade do pensar e do fazer reflexivos, em que as inovações teriam a oportunidade de apresentar-se, contradizer e transformar. Igualmente, o interesse central da rede de inovações se situaria, de acordo com esse esquema, antes na „invenção“ e recuperação de inovações do que na sua difusão.

As práticas inovadoras podem ser concebidas mediante a criação de espaços para discussões coletivas. Sendo assim, o professor de Educação Física, além de exercitar a democracia do educando, toma uma atitude de responsabilidade social.

Sobre isso, Guimarães (2006, p. 32) destaca:

[...] a Educação Física, inserida nos currículos como cultura corporal, possui o objetivo de desenvolver as potencialidades dos alunos num processo democrático e não seletivo. Em que os mesmos se apropriem do processo de construção do movimento, refletindo sobre suas possibilidades corporais e, com autonomia passem a exercê-las de maneira socialmente e culturalmente significativa.

Em geral, o professor exerce um papel importante na vida do educando. Essa importância vai além do compromisso pedagógico, pois, como responsável pela turma e conseqüentemente pela organização da sua aula, precisa ser o gestor da situação e ter a sensibilidade de mediar o ambiente, a fim de que ocorra um ensino-aprendizagem de qualidade. Portanto, para contemplar uma educação de excelência, é imprescindível ter clareza do significado dos valores assumidos em relação ao ser humano, ao currículo, à formação do educando, à avaliação, à comunidade, à sociedade e, principalmente, à escola.

Esses valores vão ao encontro de uma grande evolução no desenvolvimento do trabalho coletivo, sem deixar de considerar as individualidades. Com relação ao compromisso coletivo, Luck (2006, p. 10) assim se manifesta:

O conceito de gestão está associado ao fortalecimento da democratização do processo pedagógico, a participação responsável de todos nas decisões necessárias e na sua efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivo e significativo.

Por meio do pensamento democrático, valorizando a participação de todos nas decisões educacionais, o professor de Educação Física, como representante desse componente curricular da Educação Básica, está ou deveria estar presente em todas as atividades escolares, como a reunião de Conselho de Classe, a fim de discutir formas de melhorar o processo de ensino e aprendizagem. O mesmo deve ou deveria acontecer nas reuniões de construção do Projeto Político-Pedagógico, que definem as orientações das práticas educacionais durante todo o ano letivo, além das reuniões de pais.

Com base na perspectiva adotada nesta seção, relacionada às contribuições das práticas do professor de Educação Física, tentamos elucidar os aspectos políticos e pedagógicos envolvidos na dinâmica da Educação Física no contexto escolar que, em algumas situações, são tradicionalmente pouco explorados por determinadas instituições.

7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Lakatos e Marconi (1992, p. 82), “todo trabalho científico requer a elaboração de um plano, sendo assim, a comunicação escrita não pode fugir à regra”. Baseado nisso, planejamos para presente pesquisa educacional uma abordagem qualitativa que nos apresentou informações sobre as relações entre escola e familiares dos educandos.

A pesquisa é definida como exploratória, pois buscamos saber o entendimento que os professores de Educação Física possuem em relação à proposta de uma escola democrática. Como obtivemos informações através das experiências vividas e presenciadas dos professores de Educação Física para obtermos conclusões para esse estudo, utilizamos o método empírico.

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas: interpretação dos documentos oficiais e coleta de informações por meio de entrevista semiestruturada. Na primeira etapa, foi feita a verificação do que dizem os documentos oficiais sobre o envolvimento das famílias, dos estudantes e do professor no contexto educacional. Nela, dedicamo-nos a interpretar a proposta curricular do município de Santo André, do Regimento Escolar, do projeto político-pedagógico das escolas e do planejamento do professor de Educação Física de cada unidade a ser investigada.

Na segunda etapa, procedemos à elaboração e aplicação de entrevista junto aos professores de Educação Física que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Santo André. Para tanto, tomamos, como referência, a revisão de literatura já executada.

Assim, ambas as etapas foram estruturadas a fim de contemplar os objetivos da pesquisa, definida por Gil (2002, p. 17) da seguinte maneira:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

7.1 Campos de aplicação da pesquisa

A pesquisa foi realizada em 11 EMEIEF, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Secretaria Municipall de Educação de Santo André. Essa cidade está localizada na região sudeste da grande São Paulo e ocupa um território de

175.782 km². Sua população é constituída por 723.889 pessoas e perfaz um total de 3.848 habitantes por km² (IBGE).

O município dispõe de uma rede educacional constituída por 51 EMEIEF, que a educandos da Educação Infantil, Educação Fundamental dos Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos os números dessa constituição encontram-se no Apêndice A. O sistema educacional tem uma organização administrativa hierárquica disposta da seguinte forma: secretária de educação, adjunta, gerente, diretora do departamento, coordenadora de setor, diretora da escola, vice-diretora, assistente pedagógica e professores.

Foi solicitada e autorizada, junto à Secretaria de Educação do município, a realização da pesquisa. Após a concessão, solicitamos também a indicação de 11 EMEIEF. Na sequência, entramos em contato com a direção de cada unidade escolar indicada, obtendo a autorização para realizar a pesquisa. Uma vez autorizada, foram contatados os professores que ministram aulas de Educação Física nas unidades escolares, convidados a participar do estudo.

Vale ressaltar que, a qualquer momento, os professores puderam desistir de participar. Caso algum educador se negasse a participar logo no início da coleta de dados, seria feito um novo pedido de indicação à Secretaria de Educação, a fim de substituí-lo. Se essa desistência ocorresse na metade do trabalho, o profissional seria excluído sem substituição, por falta de tempo hábil.

A pesquisa foi realizada por sistema de amostragem, com base na investigação de uma unidade de cada setor da Rede Municipal de ensino da cidade, totalizando 11 EMEIEF correspondentes aos setores. Eles são divididos por determinadas regiões, possibilitando a supervisão da coordenadora responsável.

A escolha do campo se deve à nossa proximidade com o sistema educacional de Santo André e pelo fato de o município dispor de uma estrutura educacional que facilita o acesso às unidades escolares.

7.2 Sujeitos da pesquisa

Como já mencionado anteriormente, a pesquisa foi realizada em 11 setores do município de Santo André, sendo que cada um deles selecionamos um professor de Educação Física para los representa. Para selecionar os sujeitos da pesquisa, foi necessário solicitar a autorização do Diretor da unidade escolar. Uma vez concedida,

passamos a convidar os profissionais. Caso ocorresse rejeição ao convite, outro docente da unidade seria convidado a participar. Se a unidade não dispusesse de outros educadores que poderia ou queria participar, seria feito um novo pedido de indicação à Secretaria de Educação, até que se contemplassem os 11 professores.

Uma vez constituídas as 11 unidades escolares, e com a anuência dos 11 educadores, apresentamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1) contendo os objetivos da investigação. Após a assinatura, foram agendadas as entrevistas com cada um dos 11 professores de Educação Física para coleta de dados. Vale esclarecer que elas foram feitas de acordo com a disponibilidade de cada um e do seu espaço de trabalho.

Embora o sujeito seja indispensável à realização da pesquisa, sua participação necessitou da sua anuência para adquirir êxito no resultado. Nos dizeres de Gil (2002, p. 98), “Para que se efetive um experimento, torna-se necessário selecionar sujeitos”.

7.3 Instrumentos da pesquisa

Para caracterizar os sujeitos que fizeram parte do estudo, primeiramente elaboramos um questionário (Apêndice B). Nele estão contidas as seguintes informações: unidade escolar, formação, graduação, tempo de serviço, experiência profissional, experiência no segmento específico e faixa etária.

O segundo instrumento de coleta de dados constituiu-se de um roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice C). Para Manzini (1990/1991, p. 154), “a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista.” Ainda segundo o autor, essa categoria de entrevista pode fazer emergir informações de mais livres, e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

7.3.1 Elaboração do roteiro de entrevista

A composição do roteiro de entrevista (Quadro 1) foi fundamentada a partir dos resultados obtidos na revisão bibliográfica e dos objetivos da pesquisa, estipulando três temas: a) Participação do educando e familiares; b) Professor de

Educação Física, escola e família; c) Prática pedagógica e documentos oficiais.

Enfatizamos que cada um desses temas perseguem os objetivos e fazem parte do processo de construção das perguntas abertas, que nortearam o roteiro da entrevista.

Quadro 1: Roteiro de entrevista

Tema a ser abordado na orientação da entrevista	Objetivos relativos ao tema da entrevista	Roteiro de perguntas norteadoras da entrevista
Participação do educando e familiares	1. Identificar o pensamento dos Professores de Educação Física sobre a participação dos educandos e familiares em sua ação pedagógica	1. Em sua opinião como você considera a participação do professor de Educação Física na construção do projeto político-pedagógico da escola? 2. No seu modo de ver, qual a importância da participação da família e dos educandos nas ações da escola? 3. Você acha que as famílias e educandos participam do contexto educacional? Se sim, de que forma? Se não, por quê? 4. Você acha que promove a participação das famílias e dos educandos nos conselhos e comissões da escola? De que maneira?
Professor de Educação Física, escola e família.	1. Discutir o envolvimento dos professores de Educação Física na elaboração da proposta pedagógica da escola e sua visão sobre a participação das famílias.	1. Você acredita que as famílias e alunos devem participar da elaboração da proposta pedagógica? Se sim, de que maneira? 2. Você acha que é importante a participação das famílias e dos alunos? 3. E a sua participação é importante? 4. Você participa ou participou da elaboração da proposta pedagógica da escola? Fale um pouco mais sobre. 5. Comente algum envolvimento da

		família em suas ações pedagógicas.
O Professor de Educação Física, comunidade e suas Prática pedagógica	1. Identificar o conhecimento que os professores de educação física têm sobre a comunidade.	<ol style="list-style-type: none"> 1. O que você conhece sobre os documentos oficiais do município de Santo André? 2. Esses documentos incentivam a participação da família dos educandos nas ações da escola? 3. Você acha que as Diretrizes Curriculares do Município de Santo André abordam o envolvimento das famílias e dos estudantes no contexto escolar? 4. Você acredita que o projeto político-pedagógico da escola promove uma educação democrática?

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Para verificar se o roteiro de entrevista atende aos objetivos da investigação e se as perguntas validadas apresentam fidedignidade, ele foi pré-testado. Após a pré-testagem, o roteiro foi reelaborado, adequando as perguntas onde foi possível sua aplicação junto à amostragem escolhida para investigação.

8 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Os procedimentos escolhidos para a análise de conteúdo da pesquisa foram baseados na teoria de Bardin (2010, p. 280), que determina as seguintes etapas: organização da análise; codificação; categorização; tratamento dos resultados; inferência e interpretação dos resultados.

A análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos, ou não) (BARDIN apud FRANCO, 2008, p. 24).

A organização da análise subdividiu-se em: pré-análise, exploração do material, tratamento e interpretação dos resultados. Na fase de pré-análise, Franco (2008) cita Bardin (1977) apresentando essa sequência: “A escolha dos documentos a serem submetidos a análise; a formulação das hipóteses e/ou dos objetivos; e, a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN apud FRANCO, 2008, p. 51).

Os documentos que formaram os objetos de análise referem-se aos discursos dos professores de Educação Física, sujeitos da pesquisa. Desses discursos, foram elaboradas as possíveis respostas e as hipóteses, esclarecendo o que os educadores pensaram sobre os temas elencados nos capítulos. Sobre a hipótese, Franco (2008, p.55) defende: “Uma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar, ou não), recorrendo aos procedimentos de análise”.

Os resultados foram preparados e posteriormente processados pelo IRaMuTeQ. Para tanto, foi feita uma relação de modo a utilizar o aplicativo, com vistas a explicar as unidades de registro, trazendo as palavras e, depois, as unidades de contexto, por meio da segmentação textual na qual se realiza a classificação do método de Reinert. A partir daí, traçamos as unidades de análise no ideograma, que apresentaram as divisões por classes. Com as segmentações textuais, verificamos quais relações existiram entre as palavras e as classes; se foram significativas para a análise, permaneceram; já as menores significativas foram excluídas.

Nesse momento, formulamos o quadro teórico programático, no qual os resultados da análise são tratados. A partir daí, foi feita a discussão das unidades de

análise. Na sequência, verificamos a possibilidade de unir as categorias, que foram a base para realizar uma leitura fundamentada na literatura.

Por fim, na pré-análise, aconteceu a preparação do material, ou seja, transformamos o material por padronização e por equivalência. Assim, quanto mais frequentemente o tema foi mencionado, mais importância para análise dos dados ele passou a ter.

Passando à segunda etapa da organização da análise, entramos na exploração do material. Nessa fase “ocorre à descrição analítica, a qual diz respeito ao corpus (material textual coletado) submetido ao estudo aprofundado, orientado pelas hipóteses e referenciais teóricos” (MOZZATO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 735).

Essas informações foram processadas pelo *software* IRaMuTeQ, que analisou as estatísticas sobre o *corpus* e sobre as palavras encontradas no resultado da entrevista. Com base nesses resultados, verificamos o entendimento que os professores de Educação Física da Rede Municipal de Santo André têm acerca de cada um dos temas estabelecidos para o roteiro da pesquisa, procurando compreender os significados extraídos desses temas e buscando respostas para o problema do trabalho.

Depois de coletarmos os dados, de transcrevermos as entrevistas e organizarmos o corpus em temas, passamos à interpretação dos dados, a partir da análise dos conteúdos automatizada.

Para tanto, valemo-nos do *software* IRaMuTeQ, por meio do qual, a partir dos objetivos do presente trabalho, foram criados três *corpora*, a saber: 1. A participação dos educandos e familiares; 2. A participação do Professor de Educação Física na escola; e 3. A Educação Física e a comunidade escolar.

Acerca do *software* em destaque, Brito e Sá (2022, p. 51) comentam:

Este software calcula a quantidade de palavras, frequência média em que as palavras aparecem no texto analisado e as palavras que aparecem uma vez (Hapax). Também faz uma redução das palavras a partir de sua raiz o que faz com que haja uma correspondência entre as diferentes palavras fazendo uma redução indicando a forma ativa e suplementar indicando também o contexto em que elas aparecem.

Vale esclarecer que, mesmo com auxílio do *software*, é necessário que o pesquisador realize a análise das entrevistas, a fim de buscar conexões entre os

depoimentos dos entrevistados e os objetivos da pesquisa. Ainda na visão de Brito e Sá (2022, p. 52):

[...] o uso do software pode facilitar o trabalho do pesquisador, mas para que isso ocorra é *necessário* que haja a compreensão dos principais conceitos que balizam a técnica da análise de conteúdo, assim, apresentaremos de maneira sintética a relação entre esses conceitos e o processamento feito pelo IRAMUTEQ (Análise de Conteúdo Automatizada).

Ao longo da análise, referimo-nos às pessoas entrevistadas somente como “sujeito”. Sendo assim, todas as vezes que aparecer uma frase designada a um sujeito, ele será indicado como “Suj. 1”, “Suj. 2”, e assim sucessivamente até o “Suj. 11.”.

8.1 Análises do primeiro *corpus*: A participação dos educandos e familiares

Para efeito de explicação da análise do primeiro *corpus*, inicialmente apresentamos a Classificação Hierárquica Descendente (CHD); na sequência, a nuvem de palavras e, por último, a análise de similitude.

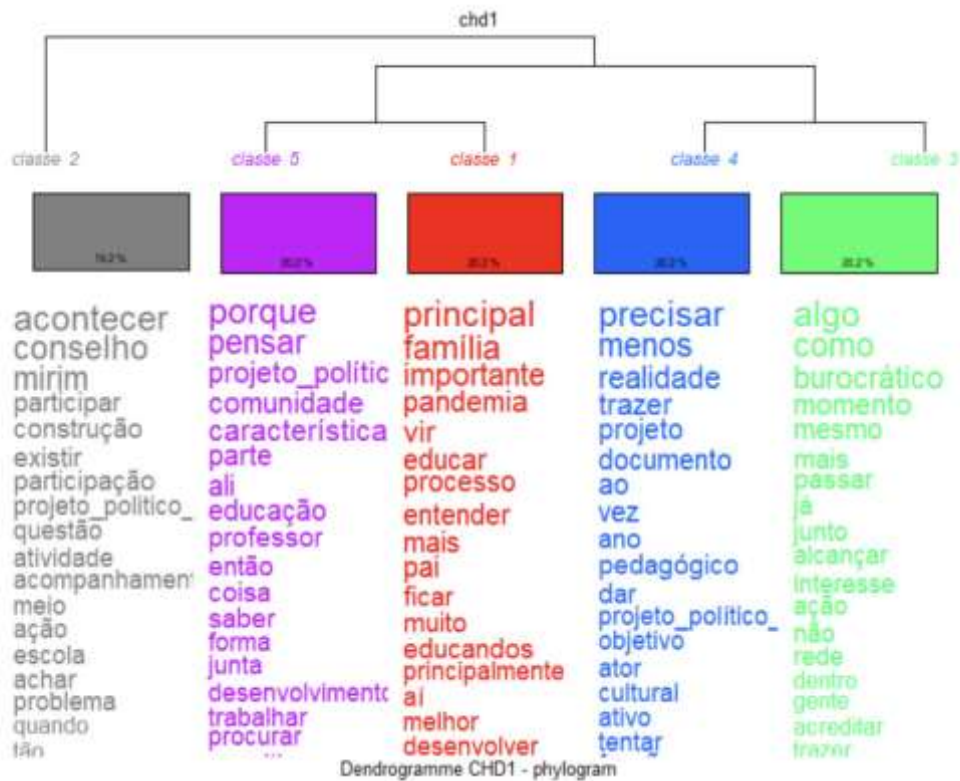
Classificação Hierárquica Descendente

Tendo como referência os resultados da classificação hierárquica descendente (CHD), obtida pelo método Reinert, por meio do *software* IRaMuTeQ, chegamos às distribuições dos segmentos de textos apresentados em forma de dendrograma — diagrama de árvore que exhibe as classes formadas em seus níveis de similaridade, com base no vocabulário característico.

Por meio do que é denominado como Classificação Hierárquica Descendente (CHD) cria classes repartindo essas de acordo com a frequência em que as formas reduzidas aparecem nos diferentes segmentos de texto” (BRITO; SÁ, 2022, p. 52).

Após o processamento do primeiro *corpus* no *software* IRaMuTeQ, obtiveram-se cinco classes (Figura 1). Desse modo, chegamos às seguintes análises de agrupamento:

Figura 1: Classes Hierárquicas Descendentes



Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

Após o processamento, o *corpus* analisado mostrou um aproveitamento próximo de 100% de Hapax, com uma força equiparada entre as classes 1, 3, 4 e 5, revelando 20,2% de Hapax cada uma delas como ilustra a Figura 1. Esse processamento nos deu as seguintes porcentagens de importância:

Na Classe 1, aparecem as seguintes palavras: estar, construção, presente, família, atividade, dúvida e suficiente. A palavra “estar” apresentou χ^2 de 25%, de forma que é a mais significativa no contexto dessa classe, seguida da palavra “construção”, com χ^2 de 22,57%, e da palavra “presente”, com χ^2 de 17,09% de significação.

Os valores de significação das palavras da classe 1 seguem uma ordem decrescente, como podemos verificar na tabela 1:

Tabela 1: Porcentagem de Significação

<u>PALAVRAS</u>	<u>Chi2</u>
ESTAR	25 %
CONSTRUÇÃO	22,57%
PRESENTE	17,09%
FAMÍLIA	16,43%
ATIVIDADE	10,89%
DÚVIDA	8,37%
SUFICIENTE	8,37%

Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

A Classe 2 apresentou as seguintes palavras: conselho, mirim, existir, reunião, membro, efetivo e familiar. Observamos que a palavra “conselho” apresentou alto chi2, de 80,9%, seguida da palavra “mirim”, com chi2 de 30,28%, e da palavra “existir”, com chi2 de 29,91%. Na tabela 2, observamos a classificação significativa, em ordem decrescente, das palavras da classe 2:

Tabela 2: Porcentagem de Significação

<u>PALAVRAS</u>	<u>Chi2</u>
CONSELHO	80,91%
MIRIM	30,28%
EXISTIR	29,91%
REUNIÃO	24,86%
MEMBRO	19,91%
EFETIVO	19,91%
FAMILIAR	19,33%

Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

Na Classe 3, aparecem as seguintes palavras: trazer, ficar, movimento, prático, comunidade, rede e problema. A palavra “trazer” apresentou chi2 de 30,75%,

seguida de “ficar”, com 27,48%, e de “movimento”, com 16,1% de significação no contexto.

Os valores de significação das palavras dessa classe podem ser vistos na tabela 3:

Tabela 3: Porcentagem de Significação

<u>PALAVRAS</u>	<u>Chi2</u>
TRAZER	30,75%
FIAR	27,48%
MOVIMENTO	16,1%
PRÁTICO	12,22%
COMUNIDADE	11,64%
REDE	9,49%
PROBLEMA	9,49%

Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

Na Classe 4 aparecem as seguintes palavras: importância, projeto político-pedagógico, funcionário, entender, professor, discussão e objetivo. A palavra “importância” apresentou chi2 de 23,75% de significância. Já a palavra “projeto político-pedagógico” não foi muito diferente, apresentando chi2 de 22,75%. Logo em seguida, aparece a palavra “funcionário”, com 19,95 % de significância para o contexto.

Os valores de significação das palavras da classe 4, que seguem uma ordem decrescente, podem ser observados na tabela 4:

Tabela 4: Porcentagem de Significação

<u>PALAVRAS</u>	<u>Chi2</u>
IMPORTÂNCIA	23,75%
PROJETO-POLÍTICO-	

PEDAGÓGICO	22,75%
FUNCIONÁRIO	13,02%
ENTENDER	13,02%
PROFESSOR	12,48%
DISCUSSÃO	10,17%
OBJETIVO	6,37%

Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

Já na classe 5, notamos que aparecem as seguintes palavras: principal, educar, educandos, importantes, família, conhecer e desenvolvimento. A palavra “principal” apresentou chi2 de 36,82%, de forma que ela é a mais significativa no contexto dessa classe, embora não se distancie muito do chi2 da palavra “educar”, que apresentou 36,63%, seguida de “educandos”, com chi2 de 23,29%.

Os valores de significação das palavras dessa classe seguem uma ordem decrescente, como podemos verificar na tabela 5:

Tabela 5: Porcentagem de Significação

<u>PALAVRAS</u>	<u>Chi2</u>
PRINCIPAL	36,82%
EDUCAR	36,63%
EDUCANDOS	23,29%
IMPORTANTE	18,14%
FAMÍLIA	11,71%
CONHECER	8,37%
DESENVOLVIMENTO	8,37 %

Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

Acompanhando o dendrograma, encontramos a primeira relação entre as classes 5 e 1, e a palavra “projeto-político-pedagógico”, que aparece com uma grande importância percentual para esse tema, nos revela que os sujeitos da pesquisa entendem que o educando e a família são atores importantes para o

processo de desenvolvimento do saber. Ademais, notamos que também existe a compreensão de que, ao realizar trabalhos em conjunto, é possível entender melhor a proposta da escola.

Podemos verificar isso quando os sujeitos dizem:

O projeto político-pedagógico é sem dúvida muito importante, e mais importante ainda é colocá-lo em prática, são coisas que tem que caminhar juntas porque é ele que vai dar a cara daquela comunidade (Suj. 6).

Com certeza o projeto-político pedagógico é o norteador da unidade escolar (Suj. 2).

Essas falas confirmam a importância do título desse tema “A participação dos educandos e familiares”, pois suas realidades culturais corroboram a construção do projeto político-pedagógico da escola. No entanto, encontramos depoimentos que informam que essa participação não acontece como deveria:

A participação dos educandos e familiares no projeto político-pedagógico fica limitado, pois o documento é feito a toque de caixa, pedido para ontem, tendo que saudar a data definida (Suj. 4).

O material que é produzido no projeto político-pedagógico não vejo a participação ativa dele para definir e construir projeto, eu não tenho visto isso acontecer (Suj. 6).

Além de relatarem o pouco tempo disponível para a construção do PPP, há depoimentos que revelam desinformação acerca da importância do documento:

Eu percebo que os encontros para discussão do projeto político-pedagógico a maior parte do tempo ali é perdida porque as pessoas não compreendem a tamanha importância dessa discussão, isso inclui funcionários e até mesmo alguns professores (Suj. 11).

Poderia ter um esclarecimento da importância que o projeto político-pedagógico tem na escola, esse assunto poderia ser mais bem divulgado, muitos pensam que a sua participação não tenha relevância, pensando que indo ou não indo não mudará muita coisa (Suj. 7).

Outra relação apresentada pelo dendrograma é entre as classes 4 e 3, segundo a qual a figura do professor é bem representada nas falas dos sujeitos.

Mesmo não havendo a dedicação esperada dos atores na construção do PPP, foram coletadas falas dos sujeitos que nos fazem refletir sobre o assunto:

Penso que quem promove a democracia na escola são os professores, mas a questão do projeto político-pedagógico não garante, pois é feito às pressas, não vejo essa democracia, cada um fazendo sua parte acaba sendo o professor o elo da escola com a comunidade (Suj. 4).

Vai mostrar o que a escola de fato precisa em tese a ideia que isso se reverbera nos projetos e nas práticas pedagógicas (Suj. 6).

Além disso, encontramos depoimentos que afirmam a importância do engajamento entre a comunidade principalmente a família dos educando e a escola:

Seria importante para significar para esses educandos e para essas famílias que eles enxergassem a escola como algo que é para eles terem sentimentos de pertencimento (Suj. 10).

Comunidade na escola é estar diariamente contribuindo nas decisões (Suj. 5).

A escola pertence a uma comunidade, ela está ali para atuar com a comunidade, então incluir o que está fora dos muros da escola é importante para a característica da escola (Suj. 10).

De acordo com o dendrograma, as classes 5 e 1; 4 e 3 também se relacionam. Isso se verifica nas falas dos sujeitos, ao validarem a importância do envolvimento de toda comunidade com as ações realizadas na escola, oportunizando que todos manifestem suas opiniões e se sintam valorizados.

A questão do sentimento de pertencimento vem ao encontro da proposta de uma escola democrática e, conforme o depoimento de alguns sujeitos, os familiares dos educandos podem contribuir com a instituição:

A gente trata do desenvolvimento dos educandos, a família conhece mais os educandos que a gente, ao longo do tempo a gente vai conhecendo os educandos, mas quando os educandos chegam à escola não conhecemos nada deles (Suj. 4).

As famílias têm pouca participação, a pandemia veio para aumentar a comunicação com a escola (Suj. 7).

Eu acho que a ideia é que tenha uma parceria entre a escola e a família, seria o ideal e a gente não vê tanto essa parceria, essa participação muito é importante (Suj. 4).

Sim eu acho que a partir do momento que elas participam dessa construção e desses momentos elas passam a valorizar mais e entender o que acontece ali no contexto escola é aquela questão do sentimento de pertencimento (Suj. 11).

Seguindo os resultados do dendrograma, a classe 2 tem relações com as demais e apresenta palavras relevantes para nossa pesquisa. Todos entendem a importância de se ter o mesmo objetivo, procurando respeitar a realidade da comunidade mediante os conhecimentos prévios e, em simultâneo, buscando propor ao PPP movimentos que contribuam para qualificar o ensino:

Para trazer na efetividade nós teria que ter dias de discussões, trazer a comunidade e os educandos para discussão do projeto político pedagógico,

pois tem que ser um documento de movimento, ser sempre reveste, mas esse não é um problema só dessa rede (Suj. 5).

Os depoimentos dos sujeitos confirmam o que há muito se vê nas unidades escolares: o documento deveria ser consultado sempre, a fim de se fazerem intervenções durante todo o ano letivo, e não apenas uma ou duas vezes ao ano.

Assim, a participação dos educandos e de seus familiares tal como é intitulado este primeiro tema deixa claro que o trabalho busca promover uma identificação da escola com a democracia. O sujeito 11 faz um relato simples, mas muito ilustrativo sobre a temática:

Não permitindo que o documento projeto político-pedagógico não seja só burocrático a gente já está tornando a educação mais democrática (Suj. 11).

Com essa reflexão, fica claro que a relevância do documento vai além da sua construção coletiva; mais do que é isso, é necessário um trabalho igualmente coletivo para se colocar em prática tudo o que é idealizado na teoria.

Nuvem de Palavras

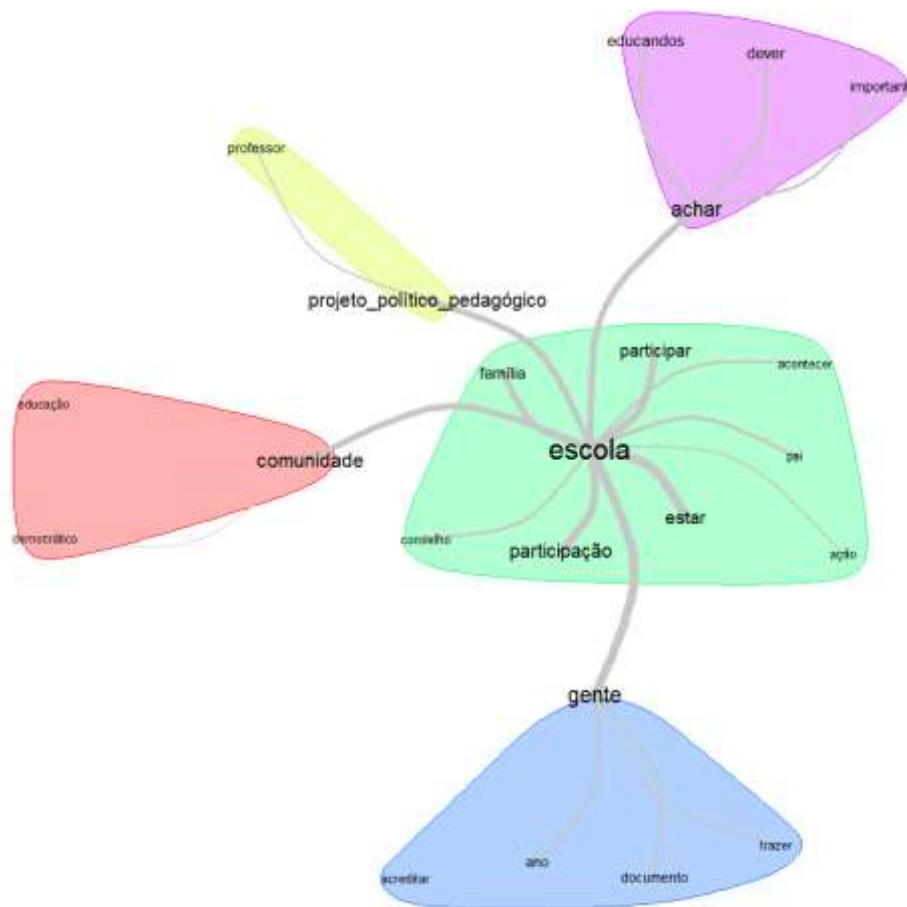
A análise da nuvem de palavras (Figura 2) desse tema revela que as palavras em destaque são: escola, comunidade, projeto político-pedagógico, participação e educandos. Todas elas aparecem centralizadas, sendo que a mais citada foi “escola” (106 vezes), seguida de “comunidade” (61 vezes) e “projeto político-pedagógico” (53 vezes). No total, as palavras ocorreram 6.104 vezes, em 721 formas ativas, e o número de formas suplementares foi de 82. Esses números formam um único conjunto de texto que, na pesquisa, é apresentado em 5 agrupamentos de palavras. Segundo a nuvem de palavras, a palavra escola se apresenta como a mais importante, sendo seguida pela palavra comunidade, como comentamos na análise da relação entre as classes 4 e 3, acerca da importância do envolvimento de toda a comunidade escolar nas ações realizadas na instituição.

Ainda com relação à nuvem de palavras (Figura 2), notamos a relevância do PPP. Nesse sentido, todos os atores da escola precisam ter acesso a esse documento e, se possível, participar ativamente de sua construção, como foi comentado por alguns dos sujeitos na pesquisa:

Os professores não podem deixar se incentivar a participação da família na escola, agora criar forma para essa participação que é um grande desafio (Suj. 2).

conexão entre as palavras “projeto político-pedagógico” e “educando”, ao mesmo tempo em que verificamos uma conexão entre as palavras “escola” e “participação”. Nos extremos dessas ramificações, contemplam-se expressões com valores menores de significação para o presente estudo.

Figura 3: Análise de Similitude



Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

A partir de toda essa leitura, sintetizamos, por meio dos resultados do dendrograma, da nuvem de palavras e da similitude, a incidência e a conexidade das palavras “escola”, “projeto político-pedagógico” e “participação”. Diante das relações apresentadas nas falas dos professores de Educação Física, entendemos que a escola precisa de um trabalho em conjunto, principalmente quando nos referimos ao PPP, cuja estruturação deve contar com a imprescindível participação dos educandos e de seus familiares.

Ademais, observamos, nos depoimentos dos sujeitos, a relevância da família como estrutura básica na educação dos alunos, pois, sem isso, eles chegariam sem base à escola. Nas palavras de Knobel (1992, p. 19),

A família é um grupo primário e natural da sociedade, nos quais o ser humano vive e consegue se desenvolver. Na interação familiar, que é prévia e social (porém determinada pelo meio ambiente) configura-se bem precocemente a personalidade determinando-se aí as características sociais, éticas, morais e cívicas dos integrantes da comunidade adulta (MAURICIO KNOBEL, 1992, p. 19).

Na qualidade de responsáveis pelos educandos, os familiares têm a responsabilidade de preparar seus filhos para que, ao chegar a idade escolar, não haja dificuldades de adaptação. Souza (2014, p. 25) amplia esse pensamento e complementa:

O envolvimento dos pais nas escolas produz efeitos positivos tanto nos pais como nos professores, nas escolas e nas comunidades locais; traz benefícios aos professores, pois sente seu trabalho apreciado pelos pais e se esforçam para que o grau de satisfação dos pais seja grande e a escola também ganha porque passa a dispor de mais recursos comunitários para desempenharem melhor a sua função.

Isso posto chegamos à primeira categoria, assim definida: O engajamento dos professores, familiares e educandos no contexto educacional. Em continuação, partimos para a análise do segundo *corpus*, na qual pretendemos apresentar, por meio dos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, a participação do professor de Educação Física da Rede Municipal de Santo André.

8.2 Análises do segundo *corpus*: A participação do Professor de Educação Física na escola

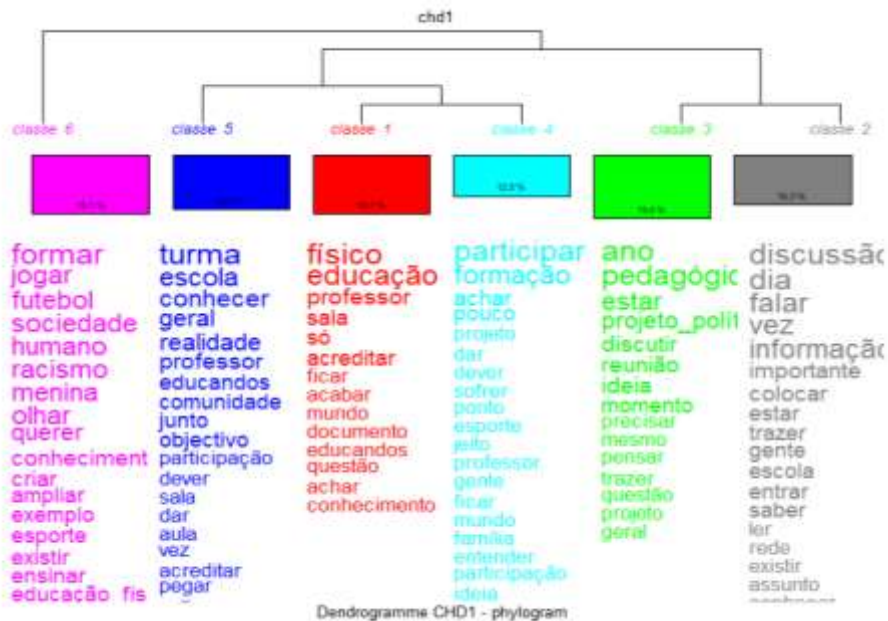
Para efeito de explicação da análise do segundo *corpus*, inicialmente apresentamos a classificação hierárquica descendente (CHD); em seguida, a nuvem de palavras e, por último, a análise de similitude.

Classificação Hierárquica Descendente

Tendo como referência os resultados da classificação hierárquica descendente (CHD), obtida pelo método Reinert, por meio do *software* IRaMuTeQ, chegamos à distribuição dos segmentos de texto apresentados em forma de

dendrograma. Após o processamento desse segundo *corpus*, formaram-se seis classes (Figura 4) para análise de conteúdo:

Figura 4: Classes Hierárquicas Descendentes



Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

Na Classe 1, aparecem as seguintes palavras: físico, educação, professor, sala, só, acreditar, ficar. A palavra “físico” apresentou χ^2 de 46,58%, de modo que ela é a mais significativa no contexto, seguida pelas palavras “educação”, com χ^2 de 41,47%, e “professor”, com χ^2 de 12,04% de significação.

Os valores de significação das palavras da classe 1 seguem uma ordem decrescente, que pode ser observada na tabela 6:

Tabela 6: Porcentagem de Significação

PALAVRAS	Chi2
FÍSICO	48,58%
EDUCAÇÃO	41,47%
PROFESSOR	12,04%
SALA	60,00%

SÓ	5,43%
ACREDITAR	5,0%
FICAR	2.92%

Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

Na Classe 2, constam as seguintes palavras: discussão, dia, falar, vez, informação, importante e colocar. As palavras “discussão” e “dia” apresentaram chi2 de 23,49%, cada uma, e, na sequência, observamos a palavra “falar”, com chi2 de 20,62% de significação.

Os valores de significação das palavras da classe 2 seguem uma ordem decrescente, como podemos notar na tabela 7:

Tabela 7: Porcentagem de Significação

<u>PALAVRAS</u>	<u>Chi2</u>
DISCUSSÃO	23,49%
DIA	23,49%
FALAR	20,62%
VEZ	18,89%
INFORMAÇÃO	17,36%
IMPORTANTE	8,3%
COLOCAR	6,39%

Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

Na Classe 3, verificamos a presença das seguintes palavras: ano, pedagógico, estar, projeto político-pedagógico, discutir, reunião e ideia. A palavra “ano” apresentou chi2 de, 61%. Em seguida, aparece a palavra “pedagógico”, com chi2 de 21,74%, e, depois, a palavra “estar”, com chi2 de 17,24% de significação.

Os valores de significação das palavras da classe 3 seguem uma ordem decrescente, registrada na tabela 8:

Tabela 6: Porcentagem de Significação

<u>PALAVRAS</u>	<u>Chi2</u>
ANO	26,61%
PEDAGÓGICO	21,74%
ESTAR	17,24%
PROJETO	16,33%
POLÍTICO- PEDAGÓGICO	
DISCUTIR	9,32%
REUNIÃO	8,35%
IDEIA	3,64%

Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

Na Classe 4, aparecem as seguintes palavras: participar, formação, achar, pouco, projeto, cima e todo. A palavra “participar” apresentou chi2 de 31,04%, de forma que ela se configura como a mais significativa no contexto, seguida de “formação”, com chi2 de 20,57%, e de “achar”, com chi2 de 8,59% de significação.

Os valores de significação das palavras da classe em questão seguem uma ordem decrescente, que pode ser verificada na tabela 9:

Tabela 7: Porcentagem de Significação

<u>PALAVRAS</u>	<u>Chi2</u>
PARTICIPAR	31,04%
FORMAÇÃO	20,57%
ACHAR	12,04%
POUCO	8,59%
PROJETO	8,4%
CIMA	8,4%
TUDO	6,76%

Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

Já Na Classe 5, constam as seguintes palavras: turma, escola, conhecer, geral, realidade, professor e educandos. A palavra “turma” apresentou chi2 de 26,62%, seguida da palavra “escola”, com chi2 de 16,2%, e da palavra “conhecer”, com chi2 de 13,9% de significação.

Os valores de significação das palavras dessa classe seguem uma ordem decrescente, como podemos observar na tabela 10:

Tabela 8: Porcentagem de Significação

<u>PALAVRAS</u>	<u>Chi2</u>
TURMA	26,62%
ESCOLA	16,2%
CONHECER	13,9%
GERAL	11,79%
REALIDADE	11,79%
PROFESSOR	6,56%
EDUCANDO	5,71%

Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

Por fim, na Classe 6, verificamos a ocorrência das seguintes palavras: formar, jogar, futebol, sociedade, humano, racismo e menina. A palavra “formar” apresenta um ch2 de 24,39%, seguida de “jogar” e “futebol”, ambas com sendo seguidas pelas palavras jogar e futebol com ch2 de 14,21% de significação.

Os valores de significação dessas palavras seguem uma ordem decrescente, registrada na tabela 11:

Tabela 9: Porcentagem de Significação

<u>PALAVRAS</u>	<u>Chi2</u>
FORMAR	24,39%
JOGAR	14,21%
FUTEBOL	14,21%

SOCIEDADE	14,21%
HUMANO	14,21%
RACISMO	14,21%
MENINA	14,21%

Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

Respeitando os resultados do dendrograma, acerca da relação entre as classes 4 e 1, apresentamos a fala de alguns sujeitos:

Penso que a participação tem que ser igual a qualquer outro professor, pelo menos a disponibilidade, pois todos são professores mais inclusive os professores de Educação Física precisam participar também ativamente seja por incentivo ou por vontade própria (Suj. 6).

Acho que o professor deve participar, até porque a gente está falando de um trabalho pedagógico e o pedagógico necessita de pessoas que sejam formadas e tenham essa formação pedagógica para lidar com a parte da educação, isso faz todo sentido (Suj. 5).

O professor de educação física pode contribuir mais do que o ler e escrever tem questões cognitivas, questões das habilidades motoras, cultura de conhecimento de jogos de socialização vai além da escrita (Suj. 4).

Os participantes reiteram a importância da participação do professor de Educação Física em todas as ações realizadas na escola, principalmente quando se trata da construção de um documento tão importante quanto o PPP.

Eu acho que sim e acho que a gente tem o Professor de Educação Física ele tem um privilégio nessa discussão que ele conhece a escola inteira eu acho que a gente propriedade para falar sobre o perfil da escola a gente tem esse (Suj. 11).

Eu percebo que às vezes a gente prefere não entrar numa discussão para não criar uma indisposição com isso acaba utilizando a política da boa vizinhança então está tudo bem sempre está tudo bem e aí você prefere não se colocar (Suj.11).

Com certeza deve participar e a rede precisa criar momento para que todos estejam presentes, ela precisa discutir isso nem que seja com a assistente pedagógica enfim, acho que esse movimento é muito importante (Suj. 6).

Na sequência, passamos ao resultado da relação das classes 4 e 1, que, por sua vez, se ligam à classe 5. Nelas, encontramos mais depoimentos que reforçam a importância do professor de Educação Física no espaço escolar:

Como professores de Educação Física somos vistos como referência, como modelo da escola, eu tenho sentimentos com os educandos como se fosse meus filhos e a comunidade percebe isso, eles apresentam um reconhecimento muito positivo (Suj. 9).

É importante porque ele faz parte da comunidade escolar, ele é um professor como qualquer outro, e ele ainda tem uma vantagem, ele está muito mais integrado na escola, pois conhece muito mais turmas (Suj. 10).

Uma visão mais geral da escola, pois ele acaba dando aula para mais turmas, conhecendo várias turmas e suas realidades, às vezes eles sabem das situações que ocorre entre os educandos, acho essencial a participação dos professores especialistas (Suj. 6).

O resultado do dendrograma também ilustra a relação entre as classes 3 e 2. Por meio de uma escuta sensível, foi possível observar que os sujeitos defendem a intervenção no PPP durante todo o ano letivo, e não apenas no planejamento do início do ano:

Precisa estar sempre sendo retomado coletivamente ao longo do ano (Suj. 6).

Muitas ideias que surgem durante o ano não estão inclusas no projeto político- pedagógico por não ser revisitado mais vezes (Suj. 8).

O projeto político-pedagógico tem que atualizar as informações o tempo todo, o plano pode ser revisto, ser retraçado nos momentos em que se fazem as discussões (Suj. 2).

O resultado da relação das classes 3 e 2, segundo o dendrograma, se liga ao resultado da relação entre as classes 1, 4 e 5. Ao observarmos as palavras das referidas classes, bem como os depoimentos que as originaram, constatamos que os sujeitos demonstram, em alguns momentos, preocupação com a falta do engajamento dos possíveis atores que devem compor a equipe escolar, principalmente no momento da construção do PPP. Nas palavras do Sujeito 5:

Para fazer uma participação dos familiares na efetividade à gente teria que ter dias e dias de discussões, trazer a comunidade e os educandos, para participar de um movimento não só da construção, mas também ser revestem durante o ano letivo (Suj. 5).

Esse depoimento expressa o pensamento de outros colegas, que igualmente acreditam que, ao longo dos anos, a construção desse documento se intensifica no começo do ano e nem sempre é revisitada em outras ocasiões, a fim de se incluírem

novos projetos, bem como para atualizar alguns que se modificam no decorrer do ano.

Neste momento, relacionamos a classe 6 com as demais, abordadas até aqui. Essa classe revela consideravelmente a importância do diálogo entre todos envolvidos no processo educacional democrático.

No diálogo com pessoas de outras áreas de conhecimentos vão formando um documento com diferentes saberes e mais ampliado (Suj. 5).

Quais são os fatores sociais que influenciam essa comunidade, quais são as questões históricas que formam essa comunidade, pois quando se vai criar um projeto político-pedagógico você precisa fazer uma leitura da realidade (Suj. 5).

Você olha para sua área de conhecimento como a Educação Física e chega à conclusão que pode contribuir na formação desse cidadão (Suj. 5).

Ao analisarmos os depoimentos, verificamos a compreensão da necessidade de os professores de Educação Física se aproximar da comunidade escolar, inclusive dos familiares dos educandos. Isso porque tal aproximação faz com que tenham um conhecimento mais aprofundado da realidade de vida dos alunos, dos fatores sociais que os influenciam e das questões históricas que formam a comunidade na qual estão inseridos.

Ademais, os dados revelam que o especialista mantém um relacionamento mais próximo da maioria da comunidade escolar do que as professoras polivalentes de cada turma. Embora ambos profissionais tenham autonomia para a realização de qualquer ação, mas o polivalente acaba limitando o contato apenas à sua turma.

Nuvem de Palavras

A análise da nuvem de palavras desse tema (Figura 5) revela a palavra “professor”, seguida das palavras “gente” e “projeto político-pedagógico”. Elas aparecem centralizadas, sendo que a mais citada foi a palavra “professor” (54 vezes), seguida de “gente” (43 vezes) e de “projeto político-pedagógico” (41 vezes). No total, ocorreram 3.610 vezes, em 510 formas ativas, e o número de formas suplementares foi de 123. Esses números formam um único conjunto de texto que, na pesquisa, é apresentado em 6 agrupamentos de palavras.

Figura 5: Nuvens de Palavras



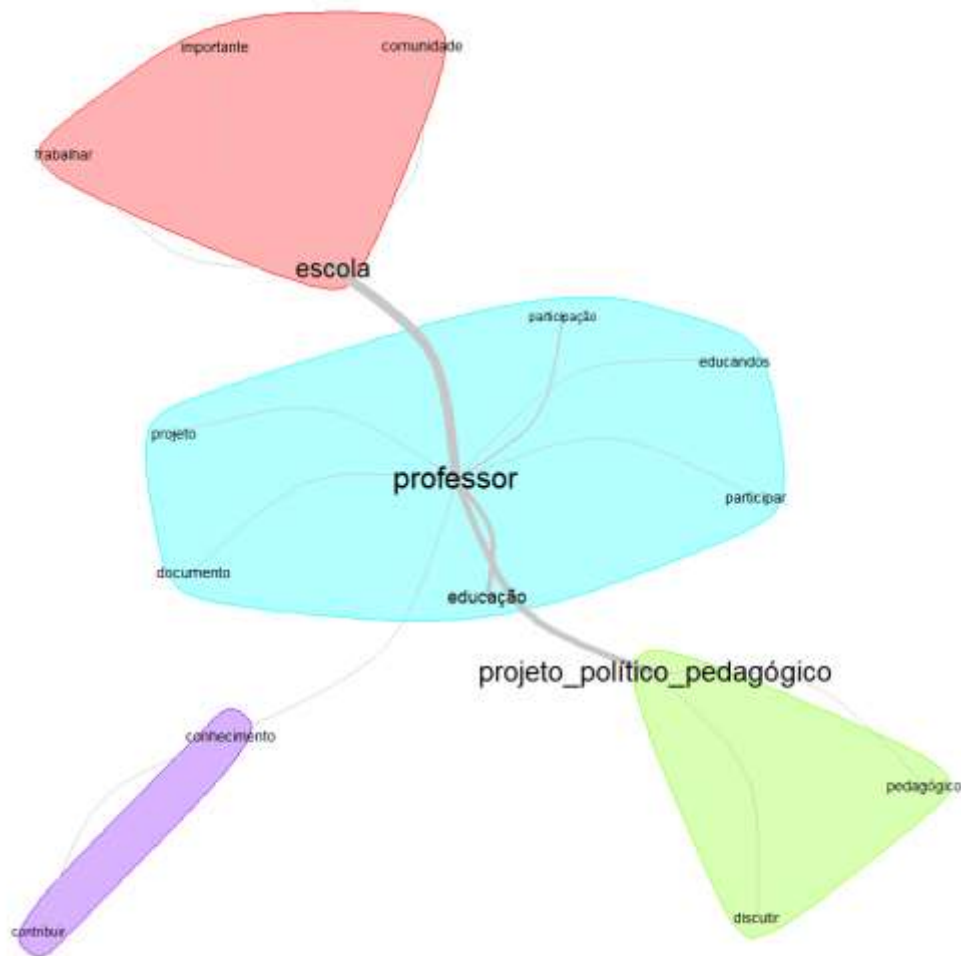
Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

Análise de similitude

Como já dito, a análise de similitude nos dá subsídios para identificar as concorrências entre palavras, indicando as conexões entre elas e ajudando na identificação da estrutura do *corpus* textual.

Observando a figura 6, podemos identificar ocorrências de conexidade entre as palavras “projeto político-pedagógico” e “professor”. E ao realizar a interpretar dos dados, constatamos uma ramificação de conexão entre as palavras “projeto político-pedagógico” e “escola”, ao mesmo tempo em que identificamos uma ligação entre as palavras “projeto político-pedagógico” e “estar”. Nos extremos dessas ramificações, contemplam-se expressões com valores menores de significação para a presente análise.

Figura 6: Análise de similitude



Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

A partir da leitura, sintetizamos, com base nos resultados do dendrograma, da nuvem de palavras e da similitude, a incidência e a conexidade das palavras “professor” e “escola”. Isso não ocorre por caso, uma vez que a grande relevância dessas palavras vai ao encontro do tema pesquisado. Em suas falas, os sujeitos enfatizaram a importância do docente em uma escola com proposta democrática, pois é o profissional que acaba tendo proximidade com todos envolvidos com a escola.

Nesse sentido, também encontramos depoimentos que atribuem ao educador o papel de despertar o interesse no aluno, provocando sua curiosidade e incentivando-o a ter vontade de aprender, visto que, embora o educando possa encontrar informações até mesmo fora da instituição, o encanto de aprender pode ser uma missão do professor.

Sobre isso, Almeida (2014, p. 73) afirma que:

O professor atua como mediador, facilitador, incentivador, desafiador, investigador do conhecimento, da própria prática e da aprendizagem individual e grupal. Ao mesmo tempo em que exerce sua autoria, o professor deve ser um parceiro do aluno, o professor deve respeitar o estilo de trabalho, a co-autoria e os caminhos adotados em seu processo evolutivo. Os alunos constroem o conhecimento por meio da exploração, da navegação, da comunicação, da troca, da representação, da criação/recriação, organização/ reorganização, ligação/religação, transformação e elaboração/reelaboração.

Chegamos, portanto, à conclusão de que o docente acaba sendo o ponto central da educação. Partindo dessa premissa, é preciso muito cuidado e atenção com suas atribuições, principalmente na participação da elaboração da proposta pedagógica.

Por fim, seguimos para a análise do terceiro *corpus*, por meio do qual tentamos mostrar a importância da comunidade escolar para os professores de Educação Física da Rede Municipal de Santo André.

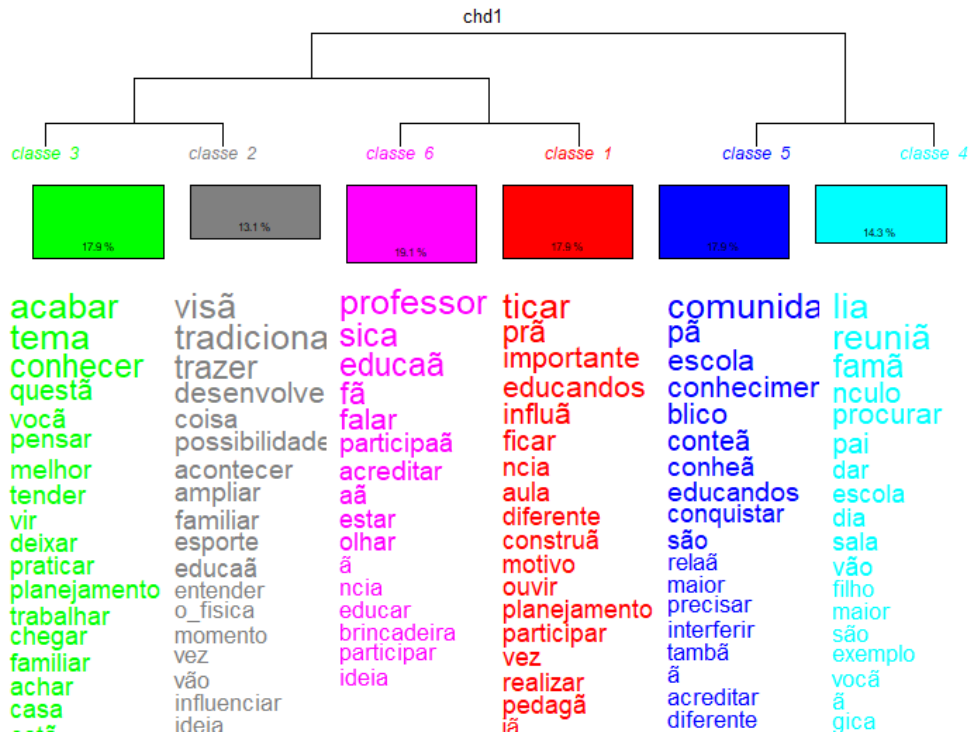
8.3 Análises do terceiro *corpus* - Os Professores de Educação Física e a comunidade escolar

Para efeito de explicação da análise do terceiro *corpus*, apresentamos, em primeiro lugar, a classificação hierárquica descendente. Na sequência, debruçamo-nos sobre a nuvem de palavras e, por fim, sobre a análise de similitude.

Classificação Hierárquica Descendente

A partir dos resultados classificação hierárquica descendente (CHD), obtida pelo método *Reinert*, por meio do *software* IRaMuTeQ, obtivemos as distribuições dos segmentos de texto apresentados em forma de dendrograma. Após o processamento desse terceiro *corpus*, chegamos a cinco classes, geradas pelo *software*, a fim de realizarmos as análises.

Figura 7: Classes Hierárquicas Descendentes



Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

A Classe 1 é composta pelas palavras importante, educandos, saber, aula, ouvir, motivo e construção. A palavra “importante” apresentou um chi2 de 21,04%, seguida da palavra “educandos”, com chi2 de 19,32%, e da palavra “saber”, com chi2 de 13,18% de significação.

Os valores de significação das palavras da classe em questão seguem uma ordem decrescente e podem ser observados na tabela 12:

Tabela 10: Porcentagem de Significação

<u>PALAVRAS</u>	<u>Chi2</u>
IMPORTANTE	21,04%
EDUCANDOS	19,32%
SABER	13,18%
AULA	12,01%
OUVIR	11,9 %

MOTIVO	10,49%
CONSTRUÇÃO	9,77%

Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

A Classe 2, por sua vez, compõe-se das seguintes palavras: visão, tradicional, trazer, desenvolver, coisa, possibilidade e acontecer. As palavras “visão” e “tradicional” apresentaram chi2 de 27,87%, de forma que são as mais significativas no contexto, seguidas da palavra “trazer”, com chi2 de 20,11% de significação.

Os valores de significação das palavras dessa classe seguem uma ordem decrescente, como se pode verificar na tabela 13:

Tabela 3: Porcentagem de Significação

<u>PALAVRAS</u>	<u>Chi2</u>
VISÃO	27,87%
TRADICIONAL	27,87%
TRAZER	20,11%
DESENVOLVER	14,14%
COISA	8,85%
POSSIBILIDADE	7,87%
ACONTECER	7,85%

Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

A Classe 3 é composta pelas palavras: acabar, tema, conhecer, praticar, trabalhar, planejamento e familiar. A palavra “acabar” apresentou chi2 de 26,67% e, por essa razão, é a mais significativa no contexto, seguida de “tema”, com chi2 de 26,46%, e de “conhecer”, com chi2 de 18,89% de significação.

Os valores de significação das palavras dessa classe seguem uma ordem decrescente, registrada na tabela 14:

Tabela 11: Porcentagem de Significação

<u>PALAVRAS</u>	<u>Chi2</u>
ACABAR	24,67%
TEMA	24,46%
CONHECER	18,89%
QUESTÃO	10,49%
PENSAR	6,44%
MELHOR	6,44%
PRATICAR	5,05%

Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

Já a Classe 4 é composta pelas palavras: reunião, família, procurar, escola, sala, dia e filho. A palavra “reunião” apresentou um chi2 de 38,71%, seguida das palavras “família”, com chi2 de 28,05%, e “procurar”, com chi2 de 18,67% de significação.

Os valores de significação dessas palavras seguem uma ordem decrescente, tal como se pode verificar tabela 15:

Tabela 12: Porcentagem de Significação

<u>PALAVRAS</u>	<u>Chi2</u>
REUNIÃO	38,71%
FAMÍLIA	28,05%
PROCURAR	18,67%
ESCOLA	18,67%
SALA	14,58%
DIA	7,49%
FILHO	7,48%

Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

A Classe 5 é composta pelas palavras: comunidade, escola, conhecimento, educandos, conquista, precisar e tempo. A palavra “comunidade” apresentou um chi2 de 28,29%, seguida da palavra “escola”, com chi2 de 15,48%, e da palavra “conhecimento”, com chi2 de 14,94% de significação.

Os valores de significação das palavras dessa classe seguem uma ordem decrescente, registrada na tabela 16:

Tabela 13: Porcentagem de Significação

<u>PALAVRAS</u>	<u>Chi2</u>
COMUNIDADE	28,29%
ESCOLA	15,48%
CONHECIMENTO	14,94%
EDUCANDOS	14,31%
CONQUISTA	10,49%
PRECISAR	9,35%
TEMPO	7,99%

Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

Por fim, a Classe 6 compõe-se pelas palavras: professor, educação, falar, participação, acreditar, estar e olhar. A palavra “professor” apresentou chi2 de 27,35%, seguida de “educação”, com chi2 de 19,08%, e de “falar”, com chi2 de 14,82% de significação.

Os valores de significação dessas palavras seguem uma ordem decrescente, como se pode notar na tabela 17:

Tabela 14: Porcentagem de Significação

<u>PALAVRAS</u>	<u>Chi2</u>
PROFESSOR	27,35%
EDUCAÇÃO	19,08%
FALAR	14,82%
PARTICIPAÇÃO	8,53%

ACREDITAR	7,19%
ESTAR	5,78%
OLHAR	5,49%

Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

As palavras distribuídas nas classes revelam, por meio dos depoimentos dos sujeitos da pesquisa, se e como ocorre o envolvimento dos professores de Educação Física não só com a comunidade escolar, mas também com a comunidade na qual está inserida.

O dendrograma mostra uma relação entre as classes 3 e 2, considerando que toda escola, na qualidade de instituição de ensino, pertence a uma comunidade ou, ainda, às comunidades do entorno. Ao analisarmos as percepções dos profissionais, pudemos constatar que julgam relevante a construção de parcerias entre a escola e a comunidade, como se verifica nos depoimentos a seguir:

Acho importante conhecer a comunidade, para poder realizar um planejamento compatível com aqueles educandos (Suj. 8).

Para que o trabalho seja reconhecido pela comunidade e tenha uma aproximação de qualidade, são necessários reuniões frequentes com familiares e todos os atores envolvidos nessa comunidade escolar (Suj. 5).

É primordial construir afetividade com as famílias, para elas entenderem a importância dessa aproximação (Suj. 5).

Outra relação apresentada pelo dendrograma dá-se entre as classes 6 e 1, em que aparece a palavra “participação”. Assim, os sujeitos da pesquisa acreditam que os educandos podem ter uma participação mais efetiva, conhecendo e discutindo as propostas para a escola, e não simplesmente participando de ações consideradas paralelas.

Quando falamos desse assunto, não podemos deixar de citar a participação discente:

Acho que os educandos são o alvo do que está sendo trabalhadas na escola, algumas participações acontecem através do conselho mirim por uma ação paralela eles não chegam a fazer parte da discussão (Suj. 7).

A gente não pode deixar de incentivar essa participação, agora criar forma para participar é um grande desafio (Suj. 2).

Atualmente recai na questão das demandas, existe um conselho de escola que defini algumas coisas, mas é mais normativo com relação à utilização de verbas, não entrando na questão do projeto político-pedagógico (Suj. 1).

As classes 3 e 2; 6 e 1 apresentam relações entre si, conforme o resultado do dendrograma. Nelas, as palavras mais representativas foram: professor, educação, participação e educandos, que nos levam a refletir sobre os valores que lhes são atribuídos nas narrativas dos entrevistados. Em seus depoimentos, é nítida a necessidade de projetos coletivos voltados para a comunidade, envolvendo alunos, famílias e demais atores. Além disso, os participantes mencionaram que os documentos têm características burocráticas. Essas declarações podem ser observadas nas próximas transcrições:

Aqui na rede a gente entende como algo burocrático, nas escolas que eu passei é feito um questionário para os professores e funcionários responderem e a assistente pedagógica passa seis meses trancada redigindo o projeto político-pedagógico, então ele não dialoga (Suj. 10).

Ficando mais um compromisso de compromisso burocrático e não como um movimento de conscientização (Suj. 6).

Comunidade na escola é estar diariamente contribuindo nas decisões, acho que é bem mais complexa do que acontece (Suj. 5).

Há, também, relação entre as classes 5 e 4, nas quais se destacam as palavras escola, comunidade, família, reunião, conhecimento e principalmente o professor, cuja participação é valorizada no discurso do Sujeito 4:

todos os atores que estão dentro da escola, principalmente os professores que são mais preparados que possuem a parte mais científica, que conhece bem a escola, conhece os educandos, conhecem as famílias principalmente os professores de sala. que tem mais contato maior com as famílias então essa participação principalmente o professor no projeto político-pedagógico (Suj. 4).

Para concluir, o dendrograma apresentou o resultado da relação das classes 4 e 5 com as demais. De modo geral, todos que compõem a comunidade escolar têm algo a oferecer à instituição e, caso haja alguma preparação, isso se torna ainda melhor. O Sujeito 8 propõe que a rede realize formações para instruir os participantes quanto à construção do PPP de forma adequada:

Uma formação só para explicar que maneira se constrói um projeto político-pedagógico, por isso tem que ser realizado em conjunto e durante o ano, para não ser feito só no início do ano (Suj. 8).

Ao mencionarmos um documento tão valioso, não podemos nos esquecer das considerações do Sujeito 2:

Não podemos deixar o documento arquivado durante todo o ano letivo, precisa ser revisitado, municiado e avaliado sempre, não só no começando do ano (Suj. 2).

Os próximos depoimento mostram um pouco do entendimento de alguns participantes da pesquisa:

É essencial ter um plano político pedagógico para poder direcionar o trabalho as ações que vão ser realizadas durante o ano, não só as partes dos conteúdos que serão ensinados, mas todas as ações que vão acontecer na escola (Suj. 7).

Falar que não participam seriam muito equivocados, alguns participam, mas não poucos poderiam ser maiores essa participação (Suj. 1).

Sim, acho que a partir do momento que elas participam dessa construção e desses momentos, elas passam a valorizar mais e entender mais o que acontece no contexto escolar (Suj. 11).

O problema da participação pode ser evitado quando os familiares são mais presentes. Trata-se de uma ação preventiva, que antevê a situação problema. O depoimento do Sujeito 3 é pertinente a nosso tema:

Para que tenha um documento norteador e significante das metas e objetivos a serem alcançados no decorrer do ano, precisa aproveitar e envolver a bagagem cultural que os educandos trazem (Suj. 3).

Ou seja, para realizar planos adequados aos educandos, os envolvidos nesse processo necessitam saber para quem planejam. Dito de outro modo, precisam dispor do chamado conhecimento prévio dos alunos.

Ainda sobre o PPP, o Sujeito 11 assim se pronuncia:

Documento indispensável não só para prática, mas para a realidade escolar, da cultura da comunidade e região, acho de muita importância, porém tem as questões da realidade do que a gente vive muitas vezes esse projeto ele fica esquecido (Suj. 11).

Assim, os discursos revelam que os onze sujeitos participantes da pesquisa, que representam, cada um, um dos onze setores de toda a Rede Municipal de ensino de Santo André, compreendem a relevância do PPP e acreditam que ele se torna ainda mais importante quando é construído coletivamente e, principalmente, ao

ser colocado em prática. Ademais, precisa ser revisitada durante todo o ano letivo, e não apenas no momento de planejamento, no início do ano letivo.

Sobre isso, diz o Sujeito 2:

A construção do projeto político-pedagógico começa dentro da unidade escola com professores e gestores, mas necessita ir, além disso, chegar até os funcionários e ir além da escola, comunidade e familiares, não são levados tão a sério quando deveria principalmente o acompanhamento das ações realizadas, algo mais prático e não muito burocrático (Suj. 2).

Na qualidade de instituição de ensino coletivo, no nosso caso, gratuito, a escola adquire a responsabilidade de promover oportunidades para toda comunidade escolar, a fim de que tenha condições de realizar participações efetivas em todas as ações realizadas em busca de uma escola democrática, que também oferte uma educação de qualidade.

Em suma, o engajamento de todos os atores pertencentes a esse processo pode ser um dos caminhos para chegar à tão esperada escola que queremos para os nossos educandos.

Nuvem de Palavras

A análise da nuvem de palavras do terceiro tema (Figura 8) revela a palavra “gente”, seguida de “escola” e “comunidade”, que aparecem centralizadas. Delas, a mais citada foi “gente”, (54 vezes), seguida de “escola” (38 vezes) e “comunidade” (35 vezes). No total, as palavras ocorreram 4.319 vezes, em 588 formas ativas, e o número de formas suplementares foi de 130. Esses números formam um único conjunto de texto que, na pesquisa, é apresentado em 6 agrupamentos de palavras.

Figura 8: Nuvem de Palavras



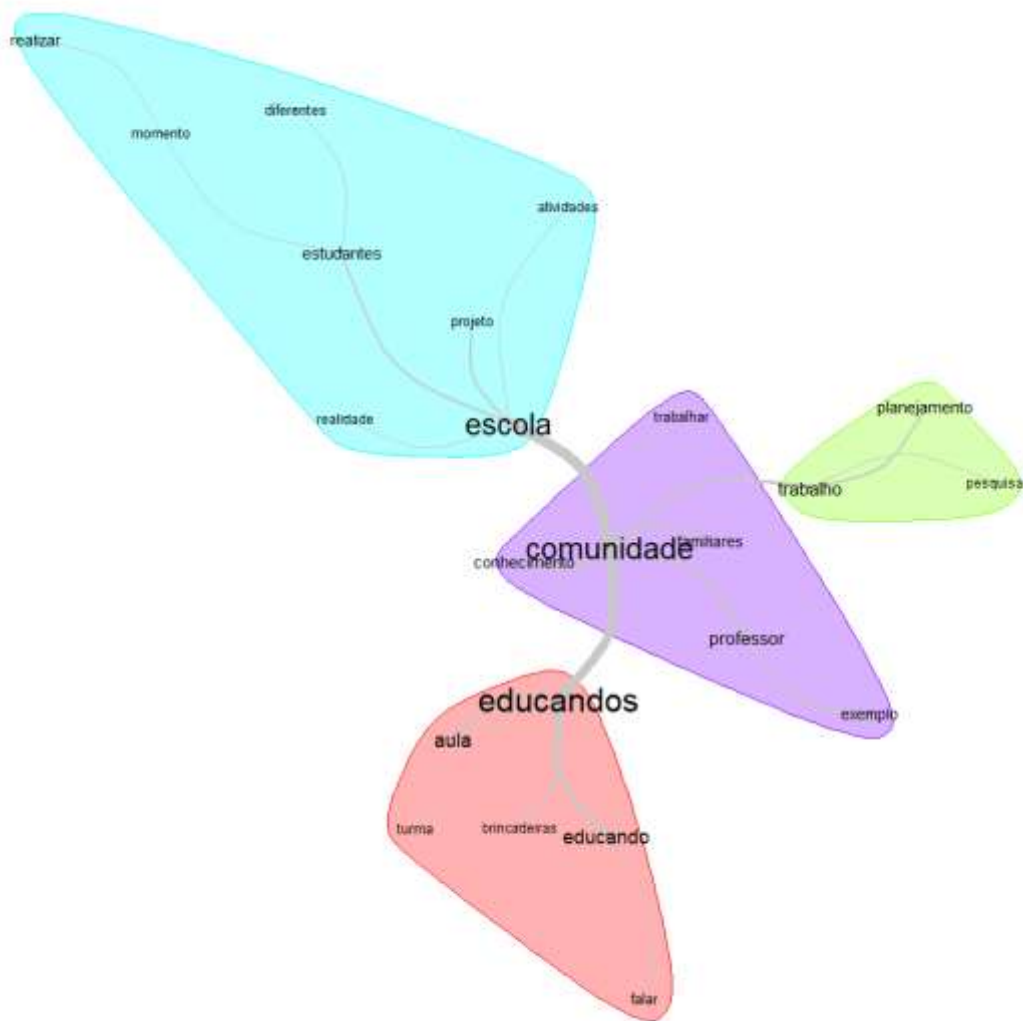
Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

Análise de similitude

Mais uma vez, enfatizamos que a análise de similitude nos dá subsídios para identificar as concorrências entre palavras, indicando as ligações existentes entre elas e colaborando para identificarmos a estrutura do textual.

Observando a figura 9, podemos identificar ocorrências de conexão entre a palavra “projeto político pedagógico” e a palavra “professor”. E ao realizar a interpretação dos dados, constatamos ramificação de conexão entre as palavras “projeto político-pedagógico” e “estar”, ao mesmo tempo que verificamos conexão entre as palavras “professor” e “gente”. Nos extremos dessas ramificações, contemplam-se expressões com menores valores de significação para a presente análise.

Figura 9: Análise de similitude



Fonte: Elaboração própria, com base no processamento do *software* IRaMuTeQ.

Com base nos resultados do dendrograma, da nuvem de palavras e da similitude do terceiro *corpus*, encontramos, em destaque, as palavras “educandos”, “comunidade” e “escola”. Desse modo, chegamos à conclusão de que, nesse tema, o aluno aparece como personagem central, ou seja, é o principal representante da comunidade dentro da escola, além de ser o principal motivo da existência dessa instituição.

Nas falas dos sujeitos da pesquisa, verificamos que a escola deve ter um olhar para comunidade, e os seus profissionais precisam conhecer a realidade cultural na qual a instituição se insere, a fim de oferecer um ensino significativo. Ao mesmo tempo, os familiares e a comunidade podem e devem participar desse

espaço, sobretudo nas tomadas de decisões. Isso oportuniza a consecução de uma educação democrática.

Alguns sujeitos também comentaram a questão arquitetônica da escola, isto é, as paredes, os muros e a limitação de atividades fora da sala de aula. Nesse sentido, é preciso levar os estudantes para fora da escola, por meio de projetos que lhes sejam significativos. Ademais, valorizar o entorno da instituição é imprescindível para uma educação de qualidade.

Nogueira (1999) comenta a relação entre a escola e a comunidade, com destaque para uma educação mais significativa para os alunos:

Da formação para a cidadania, da possibilidade de promover uma educação mais significativa na escola, da solução de problemas de violência e vandalismo nas unidades escolares, da permanência das crianças na escola, das questões sobre a relação entre educação e trabalho... (NOGUEIRA, 1999, p. 14).

Uma vez que o educando passa pouco tempo na escola, em comparação com o tempo que convive com familiares e com a comunidade, a instituição precisa estar em parceria com essas outras duas instâncias, a fim de obter significados significativos na educação dos estudantes.

Com base na observação e na interpretação dos dados obtidos, sintetizamos as informações em categorias, doravante apresentadas.

8.4 Criações das categorias segundo a interpretação dos dados

Para criação das categorias tomamos, por base inicialmente procuramos localizar as significações contidas nas unidades de registro e nas unidades de contexto para, a partir delas, definirmos as categorias que sintetizam as principais compreensões dos professores a respeito de cada tema estabelecido nos procedimentos de estruturação da coleta de dados.

8.4.1 Categoria A – O engajamento dos professores, familiares e educandos no contexto educacional.

De acordo com a classificação hierárquica descendente, os professores compreendem seu engajamento de maneira secundária, uma vez que ele aparece de forma representativa nas classes 1, 2, 3, 4 e 5. Para complementar esse raciocínio, é possível observar que, na nuvem de palavras, os participantes dão

destaque aos seguintes elementos facilitadores: escola, comunidade, professor e educandos. Essas palavras revelam os fatores com melhores representações no momento de definição das categorias.

Já na análise de similitude, os entrevistados focalizam as palavras de maior necessidade em suas atividades profissionais. Mais especificamente: educandos, comunidade, escola, projeto político pedagógico e professor se apresentam centralizadas na figura 3, mostrando ramificações.

Com base no exposto, optamos por nomear a primeira categoria (A) como: “O engajamento dos professores, familiares e educandos no contexto educacional”. Nela, verificamos que os professores de Educação Física consideram os familiares e educandos pouco engajados no contexto escolar, quanto às decisões tomadas. A maioria alega que o envolvimento poderia ser melhor e que o engajamento poderia ter maior alcance de alunos e principalmente familiares, pois esse possível estreitamento das relações favoreceria manifestação das ideias de toda a comunidade, evitando diversos conflitos.

Entretanto, apesar de perceberem o distanciamento, os docentes não conseguem identificar que essa aproximação ocorre por meio da construção de vínculos. Sobre isso, Souza (2012) nos alerta que a construção de vínculos entre professores e familiares dos estudantes não deve ser vista como algo que culpabilize qualquer membro da comunidade. Em outras palavras, “não se podem apontar os erros diretamente, antes da construção de vínculos. Só quando os vínculos estão estabelecidos é que se torna possível lidar com as críticas, expor os não saberes, confrontar-se com as faltas” (SOUZA, 2012, p. 29). Por meio desse processo, propõe-se uma escola democrática, transparente, sem barreiras educacionais, compartilhando informações e decisões no contexto escolar.

De acordo com Araújo (2017, p. 138):

Neste entendimento, a participação das famílias na vida cotidiana dos centros é favorecedora do processo educativo da criança, do seu bem-estar e de uma cultura de paz, materializada no diálogo contínuo, nas realizações conjuntas e na partilha de responsabilidades e tarefas. (ARAÚJO, 2017, p. 138)

Sendo assim, o engajamento dos familiares no contexto escolar, segundo os sujeitos da pesquisa, justifica-se pela necessidade de as famílias integrarem esse contexto. Alguns dos sujeitos entrevistados salientam que o ambiente escolar, por ser pedagógico, pode ir além de reuniões para informações gerais, proporcionando

às famílias a oportunidade de discutir propostas advindas de suas realidades culturais, nos momentos de participação e de tomada de decisões.

Para Tancredi e Reali (2001, p. 79), a escola é “um local de conhecimento, de preparação acadêmica, de proteção e ascensão social”. Tal afirmação contribui para refletirmos sobre os resultados das entrevistas, nos quais os sujeitos enfatizaram a relevância social do ambiente escolar. Partindo dessa premissa, como território de conhecimento, a escola pode promover ações que aproxime mais os familiares do cotidiano escolar, e não só em reuniões de pais.

Dessa discussão emerge uma reflexão sobre as ações que a equipe escolar pode realizar a fim de incentivar essa aproximação, de maneira que os familiares se sintam à vontade para se relacionar com todo contexto escolar a qualquer momento, opinando, agindo, decidindo e apresentando ideias significativas para suas realidades sociais.

Dizemos isso porque os dados também revelam que, embora os docentes desejem uma participação efetiva da família do educando, não sabem, ao certo, quais atitudes tomar para tal. De todo modo, nesse processo de buscar de respostas, é preciso “levar em conta a continuidade entre educação escolar e familiar” (PARO, 2007, p. 25). O autor acredita nessa relação, desde que “ambas se apropriem de uma concepção elaborada de educação” (PARO, 2007, p. 25).

Ainda sobre a participação numa perspectiva democrática, não podemos deixar de considerar que o processo de construção das relações a partir de decisões conjuntas é de grande valia. Mais especificamente, toda a comunidade escolar embora cada indivíduo represente sua categoria deve buscar um ponto comum, qual seja, a melhoria da qualidade de ensino.

E aqui ressaltamos que o processo de construção de uma escola democrática necessita de diálogos constantes de todos pertencentes do determinado no contexto educacional, pois, todos os anos, há uma rotatividade de alunos, ou seja, há o ingresso de novos alunos e saída de outros e, por consequência, das famílias.

Essa rotatividade deixa claro que o processo educativo precisa se atualizar constantemente. Na visão de Freire (2000), estamos sempre em busca de uma conclusão, inacabáveis que somos. E a escola, com seus alunos temporários, não é diferente:

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornam educáveis na

medida em que se reconhecem inacabados. Não foi a educação que fez a mulher e o homem educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou a sua educabilidade. (FREIRE, 2000, p. 64).

Em suma, a escola necessita da participação da família para construir projetos educativos compatíveis com a realidade cultural do educando. E ainda que os alunos pertençam à mesma instituição, uma vez que passam por momentos diferentes, eles também apresentam necessidades distintas ao longo do tempo. Partindo dessa premissa, concluímos que o processo educativo também é inconclusivo.

8.4.2 Categoria B – O professor de Educação Física e a escola

Por meio da classificação hierárquica descendente, verificamos que os participantes consideram o projeto político pedagógico como um instrumento de grande significado, uma vez que ele apresenta relações representativas entre todas as 6 classes. Para complementar essa interpretação, recorreremos à nuvem de palavras, segundo a qual, os professores de Educação Física destacam, como elementos facilitadores, os termos: professor, projeto político-pedagógico, escola, gente e conhecer. Essas palavras revelam os fatores com melhores representações no momento de definição das categorias.

No que tange à análise de similitude, os entrevistados focalizaram as palavras de maior necessidade em suas práticas profissionais. Assim, as palavras “professor”, “projeto político-pedagógico” e “gente” encontram-se centralizadas na figura 6 e apresentam ramificações. Por essas razões, decidimos nomear a segunda categoria (B) como: "O professor de Educação Física e a escola".

Nela, destaca-se a importância do profissional de Educação Física na escola e, conseqüentemente, na formação do educando. O professor é um especialista, representante de uma área de conhecimento e que tem contato com a maioria dos alunos, pois acaba atendendo a diferentes turmas da escola, propondo atividades queridas pela maioria dos estudantes.

Alinhado a esse pensamento, Borges (2017, p. 34) comenta a importância da participação do professor de Educação Física na formação do educando:

É preciso que dentro da oferta de atividades propostas por um professor de educação física, exista uma real preocupação em fomentar para o educando o seu desenvolvimento integral, englobando nesse processo o

desenvolvimento do seu pensamento crítico, e que esse exercício poderá acontecer de forma afetiva cognitiva e motora, num sentido de conhecimento do educando para com seu corpo e sua corporeidade, mas para que isso aconteça, o próprio profissional deve questionar o papel de sua profissão.

Partindo dessa premissa, salientamos que o educador precisa estar sempre em busca de novas propostas, a fim de auxiliar os alunos. Além disso, conhecer esses estudantes e suas realidades pode auxiliar o docente na elaboração de um plano mais adequado às necessidades discentes, tornando-o, mais significativo.

Acerca dos fatores, de acordo com os respondentes, os alunos consideram a área de Educação Física altamente motivadora. Prova disso é o interesse deles pelas aulas, demonstrado pela satisfação e pelo prazer que têm ao realizar as práticas propostas.

Os participantes ainda comentam que alguns fatores contribuem para a diminuição dessa motivação, prejudicando o interesse pelas atividades. Como exemplo, podemos citar a falta de materiais e a inadequação do espaço físico, visto que ambas acarretam dificuldades ao processo de ensino aprendizagem.

Logo, as condições de trabalho do professor de Educação Física são elementos que aparecem com frequência quando o assunto são os problemas enfrentados pelos docentes em suas práticas pedagógicas. Na visão de Bracht (2003, p. 39), “a existência de materiais, equipamentos e instalações adequadas é importante e necessária para as aulas de Educação Física, sua ausência ou insuficiência podem comprometer o alcance do trabalho pedagógico”.

Como vemos, a atuação desse profissional no espaço escolar não se limita às atividades nas aulas de Educação Física; pelo contrário, estende-se a outros campos, como o esportivo, passa por ações com a comunidade e chega às decisões políticas da instituição e ao relacionamento com os familiares dos discentes. Entretanto, para que haja engajamento da parte do docente, é necessário que lhe sejam oferecidas condições de trabalho, salários adequados, formação contínua, entre outros elementos. Em contrapartida, na ausência dessas condições, o educador pode se desmotivar, levando-o a um distanciamento da área. Por conseguinte, ele acaba não buscando atualizações para qualificar seu trabalho.

Seguindo essa linha de raciocínio, Dieckert (1984) constata que, com o tempo, muitos professores de Educação Física se sentem desmotivados e transmitem esse desânimo aos seus alunos. Em suas palavras, torna-se comum

Deixarem de praticar esportes; nunca fazerem qualquer curso para se atualizarem; não lerem revistas especializadas, literaturas recentes, periódicos ou livros; durante as suas horas livres, não se empenharem pela Educação Física na escola, nos clubes ou na comunidade (DIECKERT, 1984, p. 162).

Dito de outro modo, a motivação para as aulas depende, entre outros aspectos, de uma postura motivada do professor, pois só assim conseguirá estimular o educando a se interessar pelas atividades propostas. Nos dizeres de Neves (1982, p. 45),

O melhor professor é aquele que revela competência, sensibilidade, interesse, amizade, amor, comunicabilidade, maturidade e outros itens menos destacados. Por sua vez, o pior professor demonstra incompetência, agressividade, inacessibilidade, prepotência, desinteresse e imaturidade

A fala dos professores revelou uma compreensão de que as aulas devem ser encaminhadas para um ambiente favorável à prática de atividades com motivação, aproveitando-se todas as formas e espaços possíveis de se realizar práticas educativas.

Outro aspecto que nos chama a atenção é que a motivação do professor também está relacionada ao momento de sua profissionalização, ou seja, no início da carreira, existe um imaginário positivo da atuação profissional e, ao longo de sua trajetória, isso sofre modificações.

É de se esperar que, com a experiência, o professor se torne mais capaz para lidar com as situações de sala de aula, mas é necessário igualmente considerar-se que as condições objetivas em que sua prática ocorre podem dificultar esse processo, face à diversidade e à adversidade dos problemas que enfrenta no contexto escolar (GUARNIERI, 1996, p. 31).

No processo de ensino e aprendizagem, espera-se que a motivação esteja presente em todos os momentos. O professor de Educação Física, que normalmente tem relações com a maioria dos alunos, pode ser o sujeito facilitador da construção de um ambiente motivado, pois sua credibilidade perante os estudantes pode ser um fator positivo nesse processo.

8.4.3 Categoria C – Comunidade escolar e dimensão educacional

Por meio da classificação hierárquica descendente, verificamos que os professores identificam sua relação com os educandos em primeiro lugar e a relação da unidade escolar com a comunidade de maneira secundária, uma vez que essas ideias são representativas nas 6 classes apresentadas. Com relação à nuvem de palavras, os respondentes destacam, como elementos facilitadores, os termos: educandos, comunidade e escola, essas palavras revelam os fatores com melhores representações no momento de definição das categorias.

Na análise de similitude, também é possível notar que os respondentes focalizam as palavras de maior necessidade em suas atividades profissionais. As palavras “educandos”, “comunidade” e “escola” encontram-se centralizadas na figura 9 e apresentam ramificações. Por essa razão, decidimos nomear a terceira categoria (C) como: “Comunidade escolar, dimensão educacional”.

Todos os que, de alguma maneira, estabelecem uma relação com o educando de determinada instituição podem ser considerados integrantes da comunidade escolar. Entretanto, não podemos deixar de citar as diferentes funções desempenhadas por esses integrantes, cada qual com seu papel e valor.

Além disso, constatamos a valorização da cultura local e da participação da comunidade na escola. Em alguns de seus relatos, os professores entrevistados mostraram que, de alguma maneira, a comunidade acaba influenciando as ações e decisões escolares. Westrupp (2003, p. 62) afirma isso, ao comentar a gestão participativa e o planejamento elaborado em conjunto:

A escola tem um significativo papel para a construção de uma sociedade mais justa, humana e democrática: a escola é o meio para uma ampla participação de todos os setores que fazem parte da comunidade escolar (pais, alunos, professores, coordenadores, diretor, outros) para que se desenvolva uma consciência de sua realidade e responsabilidade social e política. Sendo a escola um laboratório vivo, onde os alunos aprendem a conviver com pessoas dos diversos segmentos da sociedade, é oportuno que se desenvolva a convivência democrática e participativa (WESTRUPP, 2003, p. 62).

Diante disso, a escola acaba tendo um papel considerável, não só na comunidade na qual está inserida, mas também em toda a sociedade, principalmente quando nos referimos a uma sociedade democrática, que busca cidadania e dignidade. Essa observação tem fortalecido a compreensão dos

professores de que, para haver melhoras na qualidade de ensino, os docentes precisam desenvolver competências que colaborem efetivamente para o acervo de responsabilidade inerente as suas funções.

Nas falas dos sujeitos, constatamos o interesse docente em promover a democratização da escola. Esses profissionais acreditam que a escola, com instituição de ensino público, tem o compromisso legal de estar aberta à comunidade.

Todavia, para tornar uma escola democrática não basta apenas abrir os seus portões, ou seja, a prática da democratização escolar precisa incentivada todos os dias pelos profissionais, principalmente gestores e educadores. Isso porque, parte-se do pressuposto de que eles compreendem a importância do envolvimento de toda comunidade escolar nas tomadas de decisões e na construção de um PPP que traduza aos anseios de todos.

A fim de que esse documento se torne um dos meios de dar voz à comunidade, é primordial construí-lo coletivamente, de forma participativa e colaborativa, entre gestores, professores, funcionários, educandos e familiares. Respeita-se, assim, a identidade da escola bem como suas necessidades. Para Veiga (2001, p. 87), essa “é a configuração da singularidade e da particularidade da instituição educativa” (VEIGA, 2001, p. 87).

Dada a importância a construção do PPP, o documento carrega consigo grande responsabilidade, já que é nesses momentos que a comunidade escolar tem a oportunidade de refletir coletivamente e traçar planos com uma visão em conjunto. Esse processo de planejamento aparece nos desejos dos professores de Educação Física, e é defendido por Padilha (2001, p. 30) quando afirma que “o ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação, de previsão de necessidade e racionalização do emprego de meios necessários para a concretização de objetivos”.

Quando pensamos em concretizar objetivos, referimo-nos à competência, que, por sua vez, nos leva a uma instituição de qualidade. Consequentemente, precisamos de uma comunidade escolar que planeje coletivamente suas ações e concretize os objetivos propostos. No entanto, é preciso considerar que o planejamento de qualquer ação não implica invariavelmente a sua concretização com êxito. Mesmo assim, para buscar esse sucesso é preciso planejar.

Um dos caminhos para ações bem-sucedidas pode ser a realização de um planejamento participativo, oportunizando a todos a expressão de suas ideias e reivindicações. Uma vez que o PPP é o documento mais importante da escola, é a partir de sua construção que se constrói uma escola com identidade democrática.

Além de propiciar o envolvimento de toda a comunidade, o planejamento participativo faz com que os objetivos e metas da escola sejam conhecidos por todos os envolvidos. Esse movimento faz com que a escola e sua comunidade construam um clima favorável a uma melhor aproximação entre professores, educandos e seus familiares.

Paro (2000) salienta a importância da aproximação entre família e escola, e propõe o estabelecimento de motivos para tal participação:

Uma dimensão importante da participação dos pais na escola, seja integrando o conselho de escola ou a APMC, seja tomando parte de outras atividades, como o grupo de formação de pais, é da atenção que se deveria ter para com os motivos dessa participação, procurando saber qual o ponto de vista dos usuários a respeito (PARO, 2000, p. 120).

Em síntese, os educadores apresentaram, em suas falas, a relevância do relacionamento com as famílias dos alunos. Ademais, comentaram que várias famílias reconhecem essa importância, porém muitas sentem receio de frequentar a escola sem ser em datas tradicionais de reuniões com as famílias, ao passo que outras manifestaram possíveis preocupações com as convocações, pois as relacionam com problemas de indisciplina de seus filhos no ambiente escolar. Por esse motivo, a instituição acaba se tornando um sinônimo de local de resolução de conflitos.

9 PRODUTO

Compreendida como estrutura de uma sociedade e na qualidade de instância que torna possível diminuir as desigualdades, a educação carece de políticas públicas com vistas à promoção de um bem-estar social. Associadas estas premissas ao problema que motivou a presente pesquisa, apresentamos, nesta seção, um projeto que figura como proposta de produto para se construir uma escola democrática, a partir da participação dos professores de Educação Física.

Ao longo da pesquisa, descobrimos que os docentes têm boa intenção, são engajados, porém não veem caminhos para poder fazer uma aproximação comunitária, a fim de realmente desenvolver uma educação democrática. No geral, esses profissionais pensam na democracia de forma politicamente correta; sabem seu significado e são favoráveis a um ambiente democrático. Contudo, não são instrumentalizados para o exercício democrático na ação pedagógica, e esta pode ser uma questão relacionada à gestão ou à burocracia.

De todo modo, na Secretaria de Educação de Santo André, existe um espaço de formação, em que os professores de Educação Física de toda a Rede Municipal se encontram semanalmente para planejar e participar de reuniões pedagógicas. Considerando tal configuração, o oferecimento de oficinas, a nosso ver, seria extremamente propício. Elas devem ser realizadas nesses encontros, com vistas a orientar os profissionais da área a compreender os requisitos necessários para construir uma escola democrática.

Serão realizados dois encontros com aproximadamente duas horas cada um.

Título da oficina: Em busca de um ambiente democrático.

Primeiro encontro

Tema: Apropriação do documento: Componente curricular de Educação Física da Secretária de Educação de Santo André (primeiro encontro).

Justificativa: Desconhecimento dos professores de Educação Física sobre os documentos municipais.

Objetivo: Buscar a compreensão de todos os professores o que consta no documento curricular que defende uma proposta democrática.

Material: Documento Curricular da Rede Municipal de Santo André (2017).

Segundo encontro

Tema: Construção de uma escola democrática.

Justificativa: Orientar os professores de Educação Física da Rede Municipal de ensino de Santo André a compreender os aspectos necessários para construção de uma escola democrática.

Objetivo: Construção de um planejamento com proposta participativa e apresentação dos professores de ações pedagógicas que possa contribuir com a participação de todos da comunidade escolar, principalmente os familiares dos educandos.

Material: O material sugerido para abordagem do tema são obras de autores que defendam uma escola democrática, como: Paulo Freire (1995), Miguel Arroyo (2017), Demerval Saviani (1991) e Vitor Henrique Paro (1997), Heloísa Lück (2006). Se apropriando dessas obras, pressupomos que tenham um melhor entendimento de uma escola democrática.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi construído com o propósito de identificar e analisar as possíveis relações que os profissionais de Educação Física da Rede Municipal de Santo André estabelecem entre a participação dos familiares e sua ação pedagógica.

Após discutir e analisar os dados coletados, pudemos perceber que há um distanciamento dos educandos e seus familiares em relação ao contexto educacional. Apesar de os docentes verbalizarem a necessidade de diálogo entre todos os atores da escola, aparentemente, não conseguem perceber que isso só será possível por meio do estabelecimento de vínculos. Estes últimos são construídos em um processo de envolvimento dos estudantes e seus familiares com a instituições, bem como dos docentes com a realidade discente.

Essa compreensão da realidade, por sua vez, pode melhorar as relações, porém é necessário que os educadores procurem conhecer a maneira como os familiares e os estudantes pensam.

Ainda com relação aos vínculos, constatamos que os professores que estão há mais tempo em determinada unidade escolar apresentam um conhecimento mais aprofundado da realidade dos educandos. Além disso, percebem-se mais preparados para participar tanto da construção do projeto político-pedagógico quanto do planejamento educacional.

Nesse sentido, estando os docentes mais engajados no processo de elaboração do PPP, os planejamentos serão mais significativos e, conseqüentemente, haverá maior incentivo ao envolvimento do aluno com as aulas e com a instituição. Assim, oportuniza-se um ensino de melhor qualidade e, por conseguinte, um melhor aprendizado.

Entretanto, a responsabilidade de integração de todos não se restringe às percepções docentes. Dito de outro modo, é preciso que a gestão escolar também se envolva nesse processo. Sobre isso, os participantes percebem que as escolas não propiciam uma aproximação com a comunidade. Na maioria das vezes, as relações se limitam às tradicionais reuniões com familiares para tratar apenas da vida acadêmica de seus filhos.

Outro aspecto que contribui para esse distanciamento consiste na visão segmentada que determinados educadores têm acerca do contexto educacional, ou

seja, existe uma percepção de que a escola é dividida em partes e que cada uma delas se responsabiliza por determinadas ações, sem interconectá-las. Se, por um lado, existe uma visão fragmentada de escola, por outro lado, há o desejo dos professores em participar de uma escola democrática, o que vai ao encontro da proposta desta pesquisa.

Na qualidade de profissional que mantém mais contato com a maioria do alunado — já que a distribuição das aulas de Educação Física na rede o obriga a assumir maior número de aulas com diferentes turmas para poder contemplar sua carga horária de trabalho, o professor dessa área tem uma posição privilegiada, pois tem maior acesso aos estudantes e pode se tornar protagonista no desenvolvimento de uma escola democrática.

Essa posição o coloca como sujeito ativo da comunidade escolar, podendo fazer a ponte entre a escola e os familiares. Como verificamos na análise da categoria “A”, os docentes compreendem a necessidade de promover o engajamento dos familiares e, ao mesmo tempo, sinalizam que tanto os pais quanto os filhos se mostram pouco comprometidos com o contexto escolar. Isso posto, é lícito inferir que, comparando-se a categoria (A) com a (B), o profissional de Educação Física, por ter acesso à maioria das turmas da escola e conseqüentemente à maioria dos alunos, pode se tornar o sujeito ativo na relação entre escola e família, no sentido de promover ações para um possível estreitamento entre ambas as instituições.

Ao estabelecermos a categoria (A), valemo-nos de uma citação de Almeida (2014), para quem a família é a primeira a constituir relações afetivas, sociais e cognitivas com os educandos. Partindo dessa premissa, para poder envolvê-los, é preciso estabelecer relações com seus familiares, visando à construção de uma convivência democrática no contexto escolar.

Uns dos caminhos para o estreitamento dessa relação é o diálogo. Por meio dessa prática, o docente consegue ouvir os desejos e ideias dos familiares, além de poder realizar leituras da sua realidade cultural emitida por meio da fala, da escrita e demais expressões. Assim, o diálogo pode ser um inibidor de conflitos, visto que é um dos principais meios de esclarecê-los. Além do mais, a capacidade de dialogar dá ao educando condições de participar efetivamente na vida em sociedade.

Ainda com relação às categorias, vale mencionar que a categoria (C) sinaliza a importância do profissional de Educação Física junto à comunidade, sendo, como já afirmamos, o sujeito mais indicado para iniciar a construção de uma instituição mais democrática.

Ao estabelecermos relações próximas com a comunidade, construímos um conjunto de valores que devem estar presentes nas unidades escolares, quais sejam: respeito mútuo, comprometimento, solidariedade, entre outros. Com essa aproximação, também podemos evitar situações conflituosas entre ambas as instituições, algumas das quais foram citadas pelos participantes: depredação e pichação do prédio, invasão da quadra, roubos de materiais de Educação Física, roubo de carros e violência física e moral.

Diante disso, os profissionais consideram um grande desafio construir relações com os familiares e com a comunidade. Para tanto, o ideal são formações que os preparem para implantar um ambiente de diálogo entre os professores e toda comunidade escolar. Nesse sentido, sugere-se que tais formações levem em consideração a realidade cultural da comunidade na qual a escola está inserida

Ainda sobre as formações, é necessário que elas sejam mediadas por um profissional, bem como incentivadas pelas Secretarias de Educação, que devem disponibilizar tempo, local e materiais, a fim de realizá-las com qualidade e com vistas a uma escola democrática. Para compor a lista de materiais formativos, indicamos obras de autores que defendam esse modelo escolar, visando a ampliar o entendimento do público sobre o tema.

Para que a instituição tenha características democráticas, é igualmente essencial o envolvimento de todos os membros da comunidade; essa ação se inicia como já dissemos, no planejamento participativo, sobretudo na construção da proposta dos conteúdos a serem trabalhados em sala. E aqui reiteramos que isso só é possível por meio do diálogo, o que nos aproxima de uma resposta ao nosso problema de pesquisa: Qual a percepção dos professores de Educação Física sobre o distanciamento entre a escola e os familiares dos educandos em relação à escola democrática dos anos iniciais do ensino fundamental da Rede Municipal de Santo André? E conseqüentemente da consecução dos objetivos do presente estudo.

O cenário do planejamento participativo inclui a distribuição do poder, a descentralização de tarefas e as condições de decidir e colocar em prática as definições. Esses aspectos contribuem para uma escola democrática, estabelecendo

uma sociedade mais democrática, pois os educandos de hoje serão os possíveis multiplicadores de ações democráticas de amanhã.

A participação no planejamento escolar desenvolve, no aluno, tendências democráticas, tornando-o uma ferramenta significativa na organização dos processos de construção da prática escolar e estruturação social, fazendo-o enxergar as possibilidades de intervir na realidade. Vale destacar que o planejamento participativo não acontece por decreto; ele resulta de uma construção coletiva, com o envolvimento de toda comunidade escolar.

Para que ele seja exitoso, não basta a presença, tampouco são suficientes as apresentações de ideias ou tomadas de decisões. Mais do que isso, é essencial dar condições para que todos usufruam dos bens dessa ação, mesmo aqueles que não participaram da sua construção, pois o planejamento de uma instituição pública tem o compromisso de ser para todos.

Como consequência, os educandos e familiares que participam desse processo constroem, juntos, conceitos que permitem utilizar ideologias para interpor valores para comunidade escolar como: respeito, ética, cooperação, disciplina e, principalmente, humanidade. Ao estabelecer valores coletivamente, faz-se com que o estudante seja um agente da disseminação desses valores.

Em suma, para assumir uma postura de professor transformador da realidade educacional mediante ações pedagógicas que proporcionem uma aproximação entre alunos, familiares e comunidade, é preciso comprometer-se com formação preparatória, bem como com planejamento participativo, orientado por reflexão, ação e execução.

Esperamos que a presente pesquisa contribua com a rede educacional de Santo André, no sentido de auxiliar as escolas a traçarem um perfil democrático, bem como de capacitar os professores à compreensão dos elementos necessários para colocar isso em prática com seus estudantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. B. **A relação entre pais e escola**: a influência da família no desempenho escolar do aluno. Campinas- SP, 2014. Disponível em:file:///C:/Users/tecnoeasy/Downloads/AlmeidaEmanoelleBon%C3%A1ciode_TCC%20(1).pdf. Acesso em 25/11/2015.

ALMEIDA, M. E. B. **Tecnologia e Currículo**: trajetórias convergentes ou divergentes. São Paulo: Paulus, 2011.

AQUINO, J. G. Um trabalho a quatro mãos. **Nova Escola**, n.157, nov. 2022.

ARAÚJO, S. B. **Para uma visão triangulada dos direitos na creche**: análise com base no manifesto epistolar de Malaguzzi. Brasília, v. 30, n. 100, p. 131-144, set./dez., 2017.

AUSUBEL, D. P. **Facilitating Meaningful Verbal Learning in the Classroom**. The Arithmetic Teacher, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 126–132, 1968.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4.ed. Lisboa: Edições 70, 2010.

BEDANI, M. **Valores, práticas e criatividade organizacional**: estudo do perfil cultural de uma instituição bancária. 2008. 318 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 2008.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física. **Caderno CEDES**, ano XIX, nº 48, p.69-89, agosto 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República/Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13/05/2021.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 13/05/2021.

BARROSO, J. **Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995.

BORDENAVE, J. D. **O que é participação**. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BORGES, R. M. **Atividades físicas e dança na educação integral de jornada ampliada**: práticas educativas que contribuem para o desenvolvimento integral do educando. 2017. 155f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2017.

CASTELLANI, F. L. Projeto reorganização da trajetória escolar no ensino fundamental: uma proposta pedagógica para a educação física. **Revista da Educação Física/UEM**. p.11-19, 1997.

CORTELLA, M. S. **Não espere o epitáfio**: provocações filosóficas. Petrópolis, RJ: Vozes. 2005.

DALBERIO, M. C. B.; PARONETO, G. M. Projeto Político-Pedagógico frente à gestão escolar. *In*: RODRIGUES, A.; SANTOS, F. R. (Orgs.). **Pedagogia**, vol. IV, etapa I, tomo I. Uberaba: Uniube, 2006. p. 23-40.

DARIDO, S. C. A educação física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 18, n.1 p.61-80, jan/mar. 2004.

DEMO, P. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 2001.

DESSEN, M. A. e POLONIA, A. C. **A Família e a escola como contexto de desenvolvimento humano**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2007.

DIECKERT, J. *et al.* **Esportes de lazer**: tarefa e chance para todos. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FREIRE, J. B. **Educação de Corpo Inteiro**: Teoria e prática da Educação Física. São Paulo: Scipione, 2011.

FREIRE, J. B; SCAGLIA, A. J. **Educação como prática corporal**. São Paulo: Scipione, 2003.

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FREIRE, P. **Política e educação**: ensayos, 7.ed. São Paulo: Cortez, 2003

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUARNIERI, M. R. **Tornando-se professor**: o início na carreira docente e a consolidação da profissão. 1996. Tese (Doutorado em Educação) – PPGE, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996.

GUERRA, M. **Os desafios da participação**: Desenvolver a democracia na escola. Porto, Portugal: Ed. Porto, 2002.

GUIMARÃES, M. R. V. **A Educação Física no currículo das séries iniciais**: um espaço de disputas e conquistas. 2006. 142f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2006.

HILLAL, J. **Relação Professor-Aluno**: formação do homem consciente. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Panorama. Santo André. **IBGE**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santo-andre/panorama>. Acesso em: 25 nov. 2021.

KNOBEL, Maurício. **Orientação familiar**. Campinas: Papyrus, 1992.

KRING, R. **Atletismo nas escolas**. 2.ed. São Paulo: Ed. Cultrix, 1975.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública**: A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 23 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola**: Teoria e Prática. 5.ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LOPES, R. C. A. **A Importância da Participação dos Pais na Vida Escolar dos Filhos**. 2011. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa, Universidade Federal de Tocantins, Palmas, 2011.

LUCK, H. **Dimensão da Gestão escolar e suas competências**. São Paulo: Fundação Limam. Ed. Positiva, 2009.

LUCK, H. **Gestão participativa na escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LUZ, S. E. **A organização do Grêmio Estudantil**. São Paulo: Editora Gerir, 1998.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MEIRIEU, P. **Aprender sim, mas como?** Porto Alegre: Artmed, 1998.

MESSINA, G. Mudança e inovação educacional: notas para reflexão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.114, 2001.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul./ago. 2011.

NEIRA, M. G. A inserção da cultura corporal no projeto político-pedagógico da escola municipal: Uma pesquisa participante. *In*: **AMPED**, 1997. Disponível em <http://www.amped.org.br/reuniões/27/gt13/t1311.pdf> Acesso em: 25 jul. 2009.

NOGUEIRA, N. A relação entre escola e comunidade na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Pátio** – Revista Pedagógica, Porto Alegre, ano 3, n. 10, p. 13- 17, ago/out, 1999.

NOGUEIRA, M. A. **Família e Escola na Contemporaneidade**: Os meandros de uma relação. Porto Alegre: Educação & Realidade, 2006.

NEVES, S. P. Pesquisa aplicada à teoria de A. H. Maslow. *In*: LA PUENTE, M. de la. (Org.). **Tendências contemporâneas em psicologia da motivação**. São Paulo: Cortez, 1982. p. 43- 65.

PADILHA, P. R. **Planejamento Dialógico**: Como construir o projeto político pedagógico da escola. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PARO, V. H. **Administração escolar**: Introdução crítica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PARO, V. H. **Qualidade do Ensino**: A contribuição dos Pais. São Paulo: Xamã, 2007.

REIS, R. Pereira. *In*: **Mundo Jovem**: Família na escola. São Paulo. Fev. 2002.

ROCHA, A. D. C. **Conselho de Classe**: burocratização ou participação. Rio de Janeiro: F. Alves, 1984.

SÁ, I. R.; BRITO, C. A. F. Pesquisas qualitativas e a análise de conteúdo automatizada: usando o IRaMuTeQ. *In*: PINTO, R. F. (Org.). **Grupos de pesquisa e publicações**: pesquisas interdisciplinares. Belém/PA: Conhecimento e Ciência, 2022. p. 49-60.

SANTO ANDRÉ. Secretaria de Educação. **Documento curricular rede municipal de ensino de Santo André**: concepção de educação básica rede municipal de ensino. Vol. 1 e 2. 2019.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. São Paulo, Brasiliense, 2006.

SEVERINO, A. J. Análise de Conteúdo. *In*: SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 73.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, M. A. Do projeto político do Banco Mundial ao projeto político-pedagógico. **Cadernos Cedes**: Arte e manhas dos projetos políticos pedagógicos, Campinas, Unicamp. v. 23, n. 61, dez. 2003.

SOARES, M. A. S. **O pedagogo e a organização do trabalho pedagógico**. Curitiba: Inter saberes, 2014.

SOUZA, V. L. T. O Coordenador Pedagógico e a Constituição do Grupo de Professores. *In*: ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M. N. S. (Orgs.). **O Coordenador Pedagógico e o Espaço da Mudança**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

TANCREDI, R. M. S. P; REALI, A. A. M. R. Desenvolvimento uma metodologia de aproximação entre as escolas e a família com a parceria da Universidade. *In*: IV SEMPE – SEMEINÁRIO DE METODOLOGIA PARA PROJETOS E EXTENSÃO. **Anais...** São Carlos: UFSCar, ago. 2001.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, I. P. A. A Escola em Debate: gestão, projeto político pedagógico e avaliação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013.

VIEIRA, S. L. Política de Gestão da Educação Básica: Revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** (RBPAAE), v. 23, n. 1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

WESTRUPP, M. F. **Gestão escolar participativa**: novos cenários de competência participativa. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

APÊNDICE A – REDE EDUCACIONAL DE SANTO ANDRÉ

Educação – Santo André	EMEIEFs	Educandos
	2ºCiclo Inicial	4583
	2ºCiclo final	5072
	Total	9655
Ensino Fundamental Anos iniciais	1º Ano	4561
	2º Ano	4497
	3º Ano	4963
	4º Ano	4701
	5º Ano	5245
	Total	23967

Fonte: Secretaria de Educação de Santo André

APÊNDICE B – QUADRO DA CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO

Perfil do professor	
Nome:	
Unidade Escolar:	
1. Formação:	
Graduação:	Ano de conclusão: <input type="checkbox"/> antes de 1990 <input type="checkbox"/> 1991 à 1995 <input type="checkbox"/> 1996 à 2000 <input type="checkbox"/> 2001 à 2006 <input type="checkbox"/> 2007 à 2001 <input type="checkbox"/> 2008 à 2012 <input type="checkbox"/> acima de 2013
Origem da formação acadêmica: <input type="checkbox"/> Pública <input type="checkbox"/> Privada	
Especialização:	
Pós-graduação:	
2. Tempo de serviço:	
Na área docente: <input type="checkbox"/> 5 anos <input type="checkbox"/> 6 à 10 anos <input type="checkbox"/> 11 à 15 anos <input type="checkbox"/> 16 à 20 anos <input type="checkbox"/> acima de 21 anos	
No ensino público: <input type="checkbox"/> 5 anos <input type="checkbox"/> 6 à 10 anos <input type="checkbox"/> 11 à 15 anos <input type="checkbox"/> 16 à 20 anos <input type="checkbox"/> acima de 21 anos	
3. Experiência docente com crianças na série inicial do Ensino Fundamental	
4. Experiência na educação infantil? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
5. Exerce outra ocupação? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
Se sim Qual? :	
6. Gênero: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Outros	
7. Idade:	
8. Grau de instrução dos pais:	
Analfabeto <input type="checkbox"/>	
Ensino Fundamental: <input type="checkbox"/> completo <input type="checkbox"/> incompleto	
Ensino Médio: <input type="checkbox"/> completo <input type="checkbox"/> incompleto	
Ensino Superior: <input type="checkbox"/> completo <input type="checkbox"/> incompleto	

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

APÊNDICE C- ENTREVISTA COM OS PROFESSORES

Questões semiestruturadas

Após a realização da pré testagem, chegamos a conclusão que essas questões são as melhores para contemplar nossos temas e serão definitivas para elaboração:

1- Em sua opinião como você considera a participação do professor de Educação Física na construção do Projeto Político Pedagógico da escola?

2- No seu modo de ver, qual a importância da participação da família e dos educandos nas ações da escola?

3-Você acha que as famílias e educandos participam do contexto educacional? Se sim, de que forma? Se não, por quê?

4-Você acha que promove a participação das famílias e dos educandos nos conselhos e comissões da escola? De que maneira?

5-Você acredita que as famílias e alunos devem participar da elaboração da proposta pedagógica? Se sim, de que maneira?

6-Você acha que é importante a participação das famílias e dos alunos?

7-E a sua participação é importante?

8-Você participa ou participou da elaboração da proposta pedagógica da escola?Fale um pouco mais sobre.

9-Comente sobre algum envolvimento da família em suas ações pedagógicas?

10-O que você conhece dos documentos oficiais do município de Santo André?

11-Esses documentos incentivam a participação da família dos educando nas ações da escola.

12-Você acha que as Diretrizes Curriculares do Município de Santo André abordam o envolvimento das famílias e dos estudantes no contexto escolar?

13-Você acredita que o Projeto Político Pedagógico da escola promove uma educação democrática?

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título da Pesquisa: A PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS FAMÍLIAS E DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA PÚBLICA

Nome do pesquisador responsável: Wagner Cotrim Gomes

Você está sendo convidado para participar desta pesquisa proposta pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) que está descrita em detalhes abaixo. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da USCS, de acordo com a exigência da Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Para decidir se você deve concordar ou não em participar desta pesquisa, leia atentamente todos os itens a seguir que irão informá-lo (a) e esclarecê-lo (a) de todos os procedimentos, riscos e benefícios pelos quais você passará.

Justificativa e Objetivos

A pesquisa busca investigar de que forma os Professores de Educação Física: a) Consideram o envolvimento das famílias na elaboração de sua ação pedagógica, b) Compreender as percepções das possíveis relações entre a escola e os familiares dos educandos. Sempre em busca de uma escola democrática.

A participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e não oferece riscos ou desconfortos. Porém, se de alguma forma você sentir que deve interromper de alguma forma, você poderá fazê-lo. Os procedimentos adotados obedecem aos critérios. Você tem a liberdade de se recusar a participar ou a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo para você. Você poderá pedir informações sobre a pesquisa através do telefone do pesquisador do projeto 011 965661830, ou pelo e-mail:

wagner.gomes@uscsonline.com.br, se necessário, procure o Comitê de Ética em Pesquisa

Rubrica do(a) pesquisador(a)

Rubrica do(a) participante

da USCS, cujo telefone é (11) 4239-3282, de segunda a sexta das 14h às 16h, ou pelo e-mail cep@online.uscs.edu.br.

Você tem assegurado que todas as suas informações pessoais obtidas durante a pesquisa serão consideradas estritamente confidenciais e os registros e imagens estarão disponíveis apenas para os pesquisadores envolvidos no estudo. Os resultados obtidos nessa pesquisa poderão ser publicados com fins científicos, mas sua identidade será mantida em sigilo.

Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto. Entretanto, terá oportunidade de esclarecer as diferentes formas de contribuir para o fortalecimento de uma escola democrática, através do educando e seus familiares a participar ativamente das ações e decisões políticas da escola, aproximando as propostas escolares das necessidades da comunidade local e conseqüentemente da sociedade. Informamos que o participante terá direito ao acesso dos resultados da pesquisa.

Você não terá despesa e nem compensação financeira relacionada à sua participação nessa pesquisa. Você terá direito a buscar indenização ou ressarcimento caso você se sinta prejudicado em decorrência deste estudo. Você tem garantido a disponibilidade de tratamento médico em caso de danos que os justifiquem e que sejam diretamente causados pelos procedimentos da pesquisa.

O CEP-USCS tem como função avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética (CONEP) tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das Instituições, além de ser um órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Asseguro ter cumprido as exigências da Resolução 510/16 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante de pesquisa. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP-USCS. Comprometo-me utilizar os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento. Após estes esclarecimentos, solicitamos seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

São Caetano do Sul, _____ de _____ de _____

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável